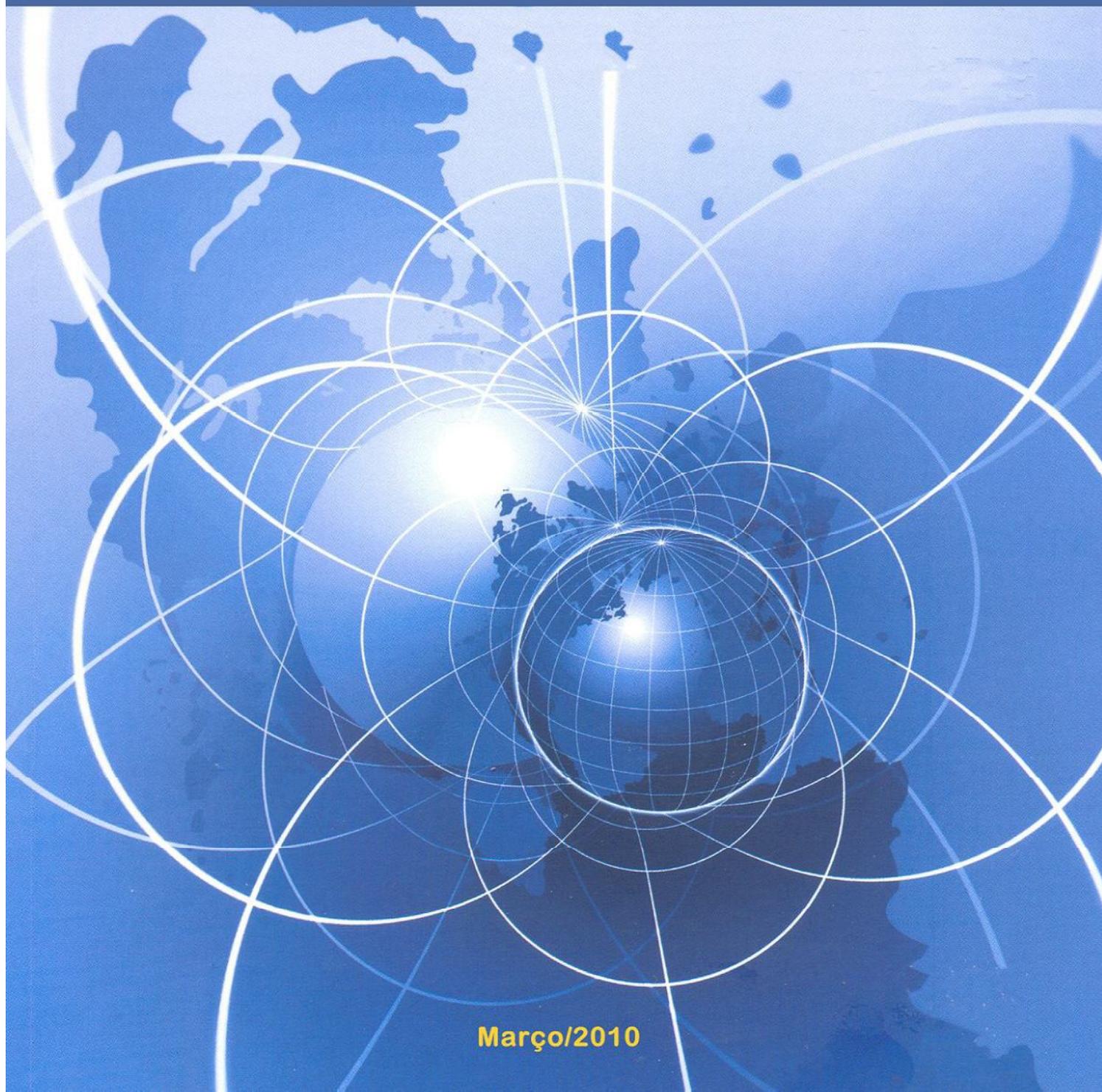




MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS - SAIN

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2009



Março/2010

## LISTA DE SIGLAS

ACC	Adiantamento de Contrato de Câmbio
ACE	Adiantamento sobre Cambiais Entregues
ACN	Acordo de Compra de Notas
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil S.A.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICs	Grupo dos Ministros das Finanças do Brasil, Rússia, Índia e China
CAECO	Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos
CALC	Cúpula da América Latina e do Caribe
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CARI	Conselho Argentino para as Relações Internacionais
CCEX	Comitê de Crédito às Exportações
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CFGE	Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação
CMC	Conselho do Mercado Comum
COAFI	Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros
COFIEX	Comissão de Financiamentos Externos
COFIG	Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações
COINT	Coordenação-Geral de Integração Comercial
COMACE	Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior
COPOL	Coordenação-Geral de Políticas Comerciais
CPF	Comissão de Programação Financeira do PROEX
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CTF	Fundo de Tecnologia Limpa
FGE	Fundo de Garantia à Exportação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
G-20	Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais
G-24	Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento
G-4	Grupo dos Vice-Ministros das Finanças da África do Sul, do Brasil, da China e da Índia
G-5	Grupo dos Vice-Ministros das Finanças da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e do México

## LISTA DE SIGLAS

GECEX	Comitê Executivo de Gestão
GMC	Grupo Mercado Comum
GMM	Grupo de Monitoramento Macroeconômico
GNR	Grupo Negociador de Regras
GTEC	Grupo Técnico da COFIEX
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IDA	Agência Internacional para o Desenvolvimento
IFC	Corporação Financeira Internacional
IMFC	Comitê Monetário e Financeiro Internacional
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAMA	Acesso aos Mercados para os Produtos Não-Agrícolas
NUTRA	Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCN	Ponto de Contato Nacional
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
SAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SBCE	Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação
SCE	Seguro de Crédito à Exportação
SCF	Fundo Estratégico do Clima
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TEC	Tarifa Externa Comum
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

## Sumário

1	IDENTIFICAÇÃO.....	5
2	OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	6
2.1	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ...	6
2.2	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO .....	7
2.2.1	<i>Gabinete</i> .....	8
2.2.2	<i>Assessoria</i> .....	12
2.2.3	<i>Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos – CAECO</i> .....	17
2.2.4	<i>Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI</i> .....	23
2.2.5	<i>Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT</i> .....	42
2.2.6	<i>Coordenação-Geral de Políticas Comerciais - COPOL</i> .....	49
2.2.7	<i>Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ) - NUTRA</i> .....	57
2.3	PROGRAMAS E AÇÕES.....	57
2.3.1	<i>Programa Gestão da Política Econômica</i> .....	57
2.3.2	<i>Ação 4479 - Assistência Técnica em Assuntos Internacionais</i> .....	58
2.3.3	<i>Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa</i> .....	63
2.4	DESEMPENHO OPERACIONAL .....	64
2.4.1	<i>Programação Orçamentária</i> .....	64
2.4.2	<i>Execução Orçamentária</i> .....	64
2.4.3	<i>Evolução de Gastos Gerais</i> .....	66
2.4.4	<i>Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ</i> .....	68
2.4.5	<i>Indicadores de Desempenho ou Institucionais</i> .....	68
3	INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS .....	76
4	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CREDITOS OU RECURSOS.....	79
5	INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	79
6	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	79
7	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA .....	79
8	FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS .....	79
9	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS .....	79
10	OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	79
11	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO/DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU .....	80
12	ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....	80
13	REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV .....	80
14	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO .....	80
15	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO .....	81

## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, exercício 2009, foi elaborado de acordo com as orientações técnicas constantes da Decisão Normativa TCU nº 100, de 7 de outubro de 2009, da Portaria TCU nº 389, de 21 de dezembro de 2009, e da Norma de Execução CGU nº 3, de 4 de novembro de 2009, aprovada pela Portaria CGU nº 2.270, de 4 de novembro de 2009. Com relação ao conteúdo do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2009, cabe mencionar que não foram incluídas neste Relatório informações referentes aos itens 7; 9; 10; 12 e 13, constantes do Anexo II-A, os itens 2 a 5, do Anexo II-B e os itens do Anexo II-C, por não se aplicarem à natureza jurídica deste Órgão.

A Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, com a edição deste Relatório, objetiva prestar contas à sociedade do que realizou e reafirmar o compromisso de continuar atuando de forma a contribuir para uma participação cada vez mais significativa do Brasil no cenário internacional.

Marcos Bezerra Abbott Galvão  
Secretário de Assuntos Internacionais

## 1 IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 1929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Assuntos Internacionais			
Denominação abreviada: SAIN			
Código SIORG: 003433	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 170191
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Gestão do Comércio Exterior			Código CNAE: 8421-3
Telefones/Fax de contato:	(61) 3412-2227	(61) 3412-2290	Fax (61) 3412-1722
Endereço eletrônico: <a href="mailto:sainmf@fazenda.gov.br">sainmf@fazenda.gov.br</a>			
Página da Internet: <a href="http://www.fazenda.gov.br/sain">http://www.fazenda.gov.br/sain</a>			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - 2º Andar - - CEP 70048-900 - Brasília-DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº. 94.320, de 11.05.1987			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>Lei nº.8.490, de 19 de novembro de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 1992;</li> <li>Decreto nº. 6.764, de 10 de fevereiro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2009;</li> <li>Decreto nº. 7.050, de 23 de dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2009;</li> <li>Portaria MF nº. 385, de 14 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2009.</li> </ul>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não disponível			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170016	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos		
170114	Gerência Regional de Administração – Rio de Janeiro		
170006	Coordenação-Geral de Recursos Humanos		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170016	Tesouro Nacional		
170114	Tesouro Nacional		
170006	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170016		0001	
170114		0001	
170006		0001	

## 2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

### 2.1 Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN é um órgão específico e singular do Ministério da Fazenda, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, para tratar de questões envolvendo a economia brasileira no seu relacionamento com os demais países, blocos econômicos e organismos internacionais.

A SAIN presta assessoria técnica especializada em assuntos relativos à economia internacional com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentado, com ênfase na expansão do comércio exterior, na estabilidade de preços e na responsabilidade fiscal, incluindo política comercial, balanço de pagamentos e mercado internacional de crédito.

No âmbito do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA 2008/2011, a SAIN participa do Programa 1266 Gestão da Política Econômica, com as seguintes Ações:

- ✓ Ação 4479 Assistência Técnica em Assuntos Internacionais;
- ✓ Ação 2272 Gestão e Administração do Programa

Relacionamos, a seguir, as atribuições da SAIN previstas em seu Regimento Interno:

- Acompanhar as negociações econômicas e financeiras com governos e entidades estrangeiras ou internacionais;
- Analisar as políticas dos organismos financeiros internacionais, bem como a conjuntura da economia internacional e de economias estratégicas para o Brasil;
- Analisar as políticas financeiras de instituições internacionais e acompanhar iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira;
- Acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados;
- Participar, no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, das decisões relativas à concessão de assistência financeira às exportações, com recursos do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX, e de prestação de garantia da União, amparada pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE;
- Assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COFIG;
- Autorizar a garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos pela União, em virtude do Seguro de Crédito à Exportação – SCE, nos termos da Lei no 6.704, de 26 de outubro de 1979, e da regulamentação em vigor;
- Exercer atribuições relativas ao SCE, além daquela mencionada no item anterior, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE, para execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados;
- Adotar, dentro de sua competência, todas as medidas administrativas necessárias à execução das atividades relacionadas ao SCE;
- Adotar as providências necessárias, como mandatária da União, para a cobrança judicial e extrajudicial, no exterior, dos créditos da União, decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do FGE;
- Contratar, a critério da SAIN, instituição habilitada a operar o SCE ou advogado, no País ou no exterior, para a prática de todos os atos necessários à execução do disposto no item anterior;

- Participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, das decisões relativas ao planejamento e acompanhamento da política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior;
- Participar, no âmbito do COMACE, das negociações de créditos brasileiros ao exterior, inclusive aquelas realizadas pelo Clube de Paris;
- Assessorar a Presidência e exercer a Secretaria-Executiva do COMACE;
- Participar, no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX, das decisões relativas à autorização da preparação de projetos ou programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias ao processo de integração econômica do Brasil no Mercado Comum do Sul - Mercosul, incluindo a participação na coordenação de políticas macroeconômicas;
- Participar das negociações comerciais relativas ao Mercosul e demais blocos econômicos e pronunciar-se sobre a conveniência da participação do Brasil em acordos ou convênios internacionais relacionados com o comércio exterior;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as ações necessárias à participação do Brasil na Organização Mundial do Comércio - OMC e em outros organismos internacionais em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;
- Participar, no âmbito da OMC e de outros organismos internacionais, de negociações em matéria de comércio exterior, incluindo serviços, investimentos e compras governamentais;
- Acompanhar a execução da política nacional de tarifas de importação e de exportação, em conjunto com os demais órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior;
- Acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério, as políticas e as ações do Governo brasileiro nas áreas de salvaguardas e direitos antidumping e compensatórios; e
- Participar de negociações em matéria de salvaguardas e de direitos *antidumping* e compensatórios, no âmbito dos acordos comerciais, da OMC e de outros organismos internacionais.

## 2.2 Estratégia de atuação

No ano de 2009, a SAIN, alinhando-se ao Programa de Modernização de Gestão do Ministério da Fazenda, dedicou especial atenção à criação de um plano estratégico que permitisse perfilar suas demandas com o planejamento a longo prazo do próprio MF na expectativa de aprimoramento de sua forma de atuação frente às turbulências do cenário econômico mundial.

Neste sentido, foi criado um Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar proposta metodológica compatível com a necessidade da SAIN, que se ressentia de reorganização interna para responder adequadamente às crescentes demandas como órgão de assistência direta e imediata do Ministro da Fazenda em temas de comércio exterior e de assistência técnica em relações internacionais.

Em julho de 2009, o Grupo de Trabalho apresentou ao Secretário de Assuntos Internacionais a referida proposta com a previsão de início e fim dos trabalhos de implantação naquele mesmo ano, o que não se realizou por falta de mão-de-obra especializada.

Foram feitos contatos com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, objetivando firmar parceira no sentido de viabilizar o apoio necessário para iniciar o processo de implantação da iniciativa em questão, levando-se em conta a larga experiência e o nível de maturidade daquela Unidade. Além disso, a previsão de chegada de novos concursados do nível

de Assistentes Técnicos Administrativos para posse na SAIN contribuirá para a continuidade do processo.

A seguir, apresentamos as principais atividades desenvolvidas pela SAIN, que conta com a seguinte estrutura organizacional:

- 1 (um) Gabinete;
- 1 (uma) Assessoria;
- 4 (quatro) Coordenações-Gerais: de Assuntos Econômicos (CAECO), de Assuntos Financeiros (COAFI), de Integração Comercial (COINT) e de Políticas Comerciais (COPOL); e
- 1 (um) Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro – RJ (NUTRA).

## **2.2.1 Gabinete**

Ao Gabinete compete o assessoramento e a prestação de assistência técnica direta ao Ministro da Fazenda em matérias vinculadas ao Comércio Exterior e às Relações Internacionais. A elaboração da proposta orçamentária, dos planos anuais e plurianuais e do relatório anual de gestão, bem como a execução das atividades relativas ao gerenciamento dos recursos humanos e materiais da SAIN são também competências deste Gabinete.

Além das atividades descritas acima, o Gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais participou de diversos eventos e negociações no exterior, inclusive representando ou acompanhando o Ministro de Estado da Fazenda. Os principais eventos estão destacados a seguir:

### **I Participação em reuniões e seminários**

#### **(i) Reuniões no âmbito do Grupo dos Ministros das Finanças do Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs):**

- 2ª Reunião dos BRICs, Horsham, Reino Unido, 13 de março de 2009;
- 3ª Reunião dos BRICs, Londres, Reino Unido, 4 de setembro de 2009; e
- 4ª Reunião dos BRICs, Istambul, Turquia, 3 de outubro de 2009.

#### **(ii) Reuniões no âmbito do Grupo dos Quatro Ministros da Fazenda (G-4) e dos Cinco Ministros da Fazenda (G-5):**

- Reunião de Deputies do G-5, Londres, Reino Unido, 31 de janeiro de 2009; e
- Reunião de Deputies do G-4, Washington, Estados Unidos, 23 de abril de 2009.

#### **(iii) Reuniões no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):**

- Reunião do Grupo de Trabalho 3 do G-20, Londres, Reino Unido, 30 de janeiro de 2009;
- Primeira Reunião de Deputies do G-20, Londres, Reino Unido, 1º de fevereiro de 2009;

- Reunião do Grupo de Trabalho 1 do G-20, Londres, Reino Unido, 2 de fevereiro de 2009;
- Reunião do Grupo de Trabalho 2 do G-20, Cidade do México, México, 24 de fevereiro de 2009;
- Reunião do Grupo de Trabalho 4 do G-20, Jacarta, Indonésia, 2 de março de 2009;
- Reunião do Grupo de Trabalho 3 do G-20, Londres, Reino Unido, 3 de março de 2009;
- Reunião de Deputies dos Ministros de Finanças do G-20, Londres, Reino Unido, 5 de março de 2009;
- Reunião de Deputies dos Ministros de Finanças, Sherpas e Coordenadores do G-20, Londres, Reino Unido, 5 e 6 de março de 2009;
- Segunda Reunião de Deputies do G-20, Londres, Reino Unido, 12 de março de 2009;
- Primeira Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Londres, Reino Unido, 14 de março de 2009;
- Terceira Reunião de Deputies dos Ministros de Finanças do G-20, Londres, Reino Unido, 30 de março de 2009;
- Segunda Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Londres, Reino Unido, 1º de abril de 2009;
- Cúpula de Líderes do G-20, Londres, Reino Unido, 2 de abril de 2009;
- Terceira Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Washington DC, Estados Unidos, 24 de abril de 2009;
- Quarta Reunião de Deputies do G-20, Basileia, Suíça, 27-28 de junho de 2009;
- Quinta Reunião de Deputies do G-20, Londres, Reino Unido, 3-4 de setembro de 2009;
- Quarta Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, Londres, Reino Unido, 4-5 de setembro de 2009;
- Reunião de Sherpas do G-20, Washington, Estados Unidos, 11 de setembro de 2009;
- Cúpula de Líderes do G-20, Pittsburgh, Estados Unidos, 24-25 de setembro de 2009;
- Sexta Reunião de Deputies do G-20, St. Andrews, Escócia, 5-6 de novembro de 2009; e
- Quinta Reunião de Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, St. Andrews, Escócia, 7-8 de novembro de 2009.

**(iv) Seminários no âmbito do Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-20):**

- Seminário do G-20 sobre Estabilidade Macroeconômica e Regulação Financeira do Comitê Reinventando Bretton Woods, Londres, Reino Unido, 31 de janeiro de 2009;
- Seminário do G-20 sobre Mudanças Climáticas, Sydney, Austrália, 13-14 de fevereiro de 2009;
- Seminário do G-20 sobre as Causas Econômicas Globais da Crise, Mumbai, Índia, 25-26 de maio de 2009;
- Seminário do G-20 sobre Crescimento Sustentável e Financiamento do Desenvolvimento, Hangzhou, China, 3-4 de julho de 2009;
- Seminário do G-20 sobre Governança dos FMI, Londres, Reino Unido, 2 de setembro de 2009; e

- Seminário do G-20 sobre Assegurando a Recuperação Econômica Sustentável, Seul, Coréia do Sul, 15-16 de novembro de 2009.

**(v) Reuniões do Grupo dos Vinte e Quatro Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais (G-24):**

- Reunião dos Ministros do G-24, Washington DC, Estados Unidos, 24 de abril de 2009.
- Reunião dos Ministros do G-24, Istambul, Turquia, 3 de outubro de 2009.

**(vi) Reuniões e Seminários no âmbito do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, de caráter multilateral:**

- Reuniões de Primavera do FMI e do Banco Mundial, Washington DC, Estados Unidos, 25-26 de abril de 2009;
- Reunião de Deputies do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, Washington DC, Estados Unidos, 25 de junho de 2009;
- Seminário sobre Governança do FMI, Cairo, Egito, 2 de setembro de 2009;
- Reunião de Deputies do Comitê Financeiro e Monetário Internacional do FMI, 12 de setembro de 2009, Cairo, Egito;
- Reunião de Deputies do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, 18 de setembro de 2009, Washington DC, Estados Unidos;
- Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial, Istambul, Turquia, Washington DC, Estados Unidos, 3-7 de outubro de 2009.

**(vii) Reuniões no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE:**

- Reunião de apresentação do Economic Review, Paris, França, 4 de junho de 2009;
- Mesa redonda sobre Responsabilidade Corporativa, Paris, França, 15 de junho de 2009;
- Reunião Anual dos Pontos de Contato Nacional – PCN, Paris, França, 16-17 de junho de 2009.

**(viii) Reuniões no âmbito do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias:**

- 5º Encontro Anual do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias, Cidade do México, 1-2 de setembro de 2009;
- 1º Encontro do Grupo de Revisão inter Pares do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias, Paris, França, 14-16 de outubro de 2009;
- 1º Encontro do Steering Group do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias, Paris, França, 4 de dezembro de 2009; e
- 2º Encontro do Grupo de Revisão inter Pares do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias, Paris, França, 7-9 de dezembro de 2009.

**(ix) Reuniões no âmbito do Mercosul:**

- XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), Assunção, Paraguai, 22-24 de julho de 2009; e
- Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, Assunção, Paraguai, 25 de julho de 2009.

**(x) Reuniões no âmbito da América Latina e do Caribe**

- Reunião do Grupo Técnico da Cúpula da América Latina e do Caribe – CALC, Santiago, Chile, 13 de junho de 2009;
- Reunião de Ministros das Finanças da América Latina e do Caribe, Viña Del Mar, Chile, 3 de julho de 2009.

**(xi) Reuniões no âmbito do Banco do Sul:**

- Reunião Ministerial do Banco do Sul, Caracas, Venezuela, 23 de março de 2009;
- VIII Reunião do Comitê Ministerial do Banco do Sul, Buenos Aires, Argentina, 5 de maio de 2009;
- Reunião Ministerial do Banco do Sul, Buenos Aires, Argentina, 26 de maio de 2009;
- Reunião Ministerial do Banco do Sul, Buenos Aires, Argentina, 9-10 de junho de 2009.

**(xii) Reuniões Bilaterais e Multilaterais e Conferências Internacionais:**

- I Reunião de Altos Funcionários dos Ministérios das Finanças dos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, Lisboa, Portugal, 26 de janeiro de 2009;
- Reunião Bilateral de Ministros das Finanças Brasil-China, Londres, Reino Unido, 31 de janeiro de 2009;
- Reunião Extraordinária de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais Ibero-americanos, Porto, Portugal, 2 de março de 2009;
- Reunião no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, Washington, Estados Unidos, 26 de março de 2009;
- Reunião de Ministros das Finanças da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, Lisboa, Portugal, 28-29 de junho de 2009;
- Reunião Bilateral Brasil-Estados Unidos, Washington, Estados Unidos, 5-6 de agosto de 2009;
- Reunião sobre Desenvolvimento Sustentável, Washington DC, Estados Unidos, 8 de setembro de 2009; e
- Conselho Argentino para as Relações Internacionais – CARI, Buenos Aires, Argentina, 19 de outubro de 2009.

## 2.2.2 Assessoria

A Assessoria - ASSES tem como atribuição coordenar o relacionamento da SAIN com organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o G-24, além de tratar dos seguintes assuntos: mudanças climáticas e ajuda oficial ao desenvolvimento. Os temas OCDE e PCN, anteriormente tratados pela ASSES, foram redistribuídos à Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos – CAECO.

Em 2009, a ASSES colaborou com a CAECO no tratamento de questões relacionadas principalmente ao Grupo dos 20, tendo em vista os esforços para coordenação internacional de respostas à crise no âmbito das instituições financeiras internacionais e outros grupos internacionais.

A seguir, apresentamos detalhamento das ações realizadas:

### Temas Desenvolvidos

#### 1. Banco Mundial

A SAIN, como ponto de contato do Governo brasileiro com o Banco Mundial, é responsável por gerir o relacionamento do País com o organismo sob duas perspectivas: o País (i) como acionista e (ii) como cliente do organismo, papel que é compartilhado com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEAIN/MP e a Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF. No primeiro, a Assessoria é responsável por: acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes globais do organismo; manter diálogo com a representação brasileira em Washington para coordenação de posições em negociações internas do Banco Mundial; e subsidiar a participação em reuniões e tomada de decisão pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda no âmbito daquele Organismo.

No segundo aspecto, sob a ótica de cliente, a ASSES é responsável por acompanhar a estratégia de parceria do Banco com o Brasil. A cada 4 (quatro) anos, em um período que coincide com o ciclo do Plano Plurianual brasileiro (PPA), o Banco Mundial elabora plano de trabalho que servirá de diretriz para suas operações com o País. Esse plano é detalhado no documento atualmente denominado “*Country Partnership Strategy*”, que congrega as operações de empréstimos, estudos e assistência técnica oferecida pelo organismo no período de 2008 a 2011.

Cabe à ASSES acompanhar os seguintes temas, levando-se em consideração as duas perspectivas, i.e, o País como acionista e como cliente:

#### 1.1 Reuniões Ministeriais do Banco Mundial

A ASSES é responsável por analisar os documentos e propostas a serem discutidos nas reuniões ministeriais do Banco Mundial e preparar subsídios para a participação dos representantes brasileiros nesses eventos. No ano de 2009, a ASSES elaborou material para as seguintes reuniões:

- Reunião de Primavera (Washington, Estados Unidos, em abril): os principais temas abordados foram implicações da crise econômica global para os países em

desenvolvimento e o papel das instituições financeiras internacionais, reforma de voz e participação no Grupo Banco Mundial e Relatório de Monitoramento Global 2009;

- Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento (Washington, junho): tratou-se exclusivamente da Reforma de Voz e Participação do Banco Mundial;
- Reunião de Representantes Alternos do Comitê de Desenvolvimento (Washington, setembro): tratou-se exclusivamente da Reforma de Voz e Participação do Banco Mundial;
- Reunião Anual (Istambul, Turquia, em outubro): os temas discutidos foram o apoio ao desenvolvimento global durante e após a crise, inclusive necessidade de revisão da capacidade financeira do Grupo Banco Mundial; o aumento de voz e participação dos países em desenvolvimento e economias em transição no Grupo Banco Mundial (Fase 2); e Clima, Finanças e Bancos Multilaterais de Desenvolvimento; e
- Reunião de Representantes Alternos da Agência Internacional para o Desenvolvimento (Washington, Estados Unidos, em novembro): tratou-se exclusivamente da Recomposição de Capital da Agência Internacional para o Desenvolvimento – IDA.

## 1.2 Votos na Assembleia de Governadores do Banco Mundial

A ASSES elabora notas técnicas para subsidiar a emissão de votos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Assembleia de Governadores do Grupo Banco Mundial, que inclui Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Corporação Financeira Internacional (IFC).

## 1.3 Estudos Analíticos

A ASSES conduz o processo de revisão dos estudos denominados “*Analytical Advisory Assessments (AAAs)*”. Esses estudos têm o Brasil como objeto de análise e geralmente abordam um setor da economia ou uma política pública nacional. Nesse processo de revisão são elaborados notas técnicas e pareceres, bem como, feitas reuniões deliberativas em que participam diversos órgãos e entidades da administração pública federal.

No ano de 2009, foram analisados os seguintes estudos produzidos pelo Banco Mundial:

- “*Análise Econômica do Biodiesel no Brasil*” – versão II;
- “*Second Programmatic Financial Sector Study, an Overview of Directed Lending*” – versão II;
- “*Brazil: Topics in Fiscal Federalism*”;
- “*How to Decrease Freight Logistics Costs in Brazil*”;
- “*Competitiveness and Growth in Brazilian Cities: Local Policies and Actions for Innovation*”;
- “*Brazil Low Carbon Country Case Study*”; e
- “*Assessment of the Risk of Amazon Dieback*”.

## 1.4 Carteira de projetos

Desde 2008 a Assessoria conduz processo de análise da carteira de projetos quanto a sua distribuição geográfica, segmentação por temas e alinhamento com políticas e prioridades nacionais. Tais análises são instrumentais para o processo de revisão da carteira de projetos e da estratégia de parceria de país, realizados anualmente. No ano de 2009 foram elaborados dois relatórios de revisão de carteira, no primeiro e segundo semestres.

## 1.5 Mudanças Climáticas

O tema “Mudanças Climáticas” tem permeado a agenda das instituições financeiras internacionais, sobretudo o Banco Mundial. O Organismo, de forma crescente, tem buscado dar apoio ao desenvolvimento sustentável e à redução da pobreza, na medida em que surgem riscos climáticos e oportunidades econômicas correlacionadas, e utilizar seu potencial para facilitar a ação global e interação entre os países.

No ano de 2009, a ASSES coordenou a formação da posição brasileira, em consulta com diversos órgãos do Poder Executivo, para os dois Fundos Climáticos do Banco – o Fundo Estratégico do Clima (SCF) e o Fundo de Tecnologia Limpa (CTF) – que pretendem abordar os desafios de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, respectivamente. Em janeiro de 2009, a ASSES participou de reunião do Comitê Fiduciário do CTF, em Washington, Estados Unidos.

## 1.6 Contribuições para a Agência Internacional de Desenvolvimento

A ASSES é responsável por acompanhar os processos de recomposição de capital da Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA). A IDA, organismo integrante do grupo Banco Mundial, é o principal instrumento multilateral de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). O Brasil é, entre os países em desenvolvimento, o maior contribuinte para a Agência. No ano de 2009, a ASSES tratou da revisão da implementação da 15ª recomposição da IDA, sobretudo no que se refere à efetividade da ajuda internacional ao desenvolvimento e na solução do hiato estrutura de financiamento da IDA.

## 2. Fundo Monetário Internacional

Analogamente à atuação no Banco Mundial, a ASSES coordena o relacionamento do Brasil no FMI em dois aspectos: Brasil como (i) cliente e (ii) membro. Tendo em vista que o País não possui programa ativo com o Fundo, a perspectiva Brasil-cliente concentra-se, atualmente, em assistência técnica e formação de pessoal, e acompanhamento da economia nacional com o objetivo de monitorar (*surveillance*) o sistema financeiro internacional.

Acerca da participação como associado, a ASSES mantém diálogo com a equipe do Diretor-Executivo do Brasil no FMI, a fim de acompanhar as discussões e votações nos diversos foros do Organismo e definir o posicionamento do Governo brasileiro sobre os temas. Em 2009, ressalta-se a inclusão do Brasil no rol dos credores potenciais do FMI. Ainda, a ASSES subsidia a participação do Secretário de Assuntos Internacionais e do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, representante do Brasil no Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC), nas

Reuniões de Primavera e Anual, bem como na emissão de votos na Junta de Governadores. Nesse sentido, merecem destaque as seguintes atividades da Assessoria:

## 2.1 Reuniões Ministeriais do FMI

Cabe à ASSES analisar os documentos e propostas a serem discutidos nas reuniões do IMFC e preparar material para subsidiar a participação dos representantes brasileiros nesses eventos. Anualmente, ocorrem duas reuniões ministeriais. Adicionalmente, pode haver reunião de representantes alternos para preparar as discussões das reuniões principais. Em 2009 foram realizadas:

- Reunião de Primavera (Washington, Estados Unidos, em abril): os principais tópicos discutidos foram economia global e mercados financeiros; riscos macro-financeiros, respostas à crise, Reforma de Quotas e Voz, processo de seleção do Diretor-Gerente do FMI.
- Reunião de Representantes Alternos (Cairo, Egito, em setembro): houve discussões sobre desafios da economia global e mercados financeiros, reformas do FMI (reforma de quotas, tamanho e composição da Diretoria Executiva, eficácia do processo do IMFC e outras reformas de governança) e papel de supervisão do FMI (*surveillance*).
- Reunião Anual (Istambul, Turquia, em outubro): os temas tratados foram perspectivas da economia global e mercados financeiros, respostas de política, coordenação de estratégias de saída das intervenções governamentais, o futuro do FMI e seu mandato, *surveillance*, questões de governança do Fundo (aumento de sua legitimidade e o processo do IMFC).

## 2.2 Votos na Assembleia de Governadores do FMI

Assim como ocorre no Banco Mundial, a ASSES elabora notas técnicas para subsidiar a emissão de votos pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Assembleia de Governadores do Fundo Monetário Internacional.

## 2.3 Reforma de Quotas e Voz do FMI

A Assembleia de Governadores do FMI, em abril de 2008, aprovou emendas ao Convênio Constitutivo do Fundo relativas ao segundo estágio da reforma da distribuição de quotas e do poder de voto. O pacote de reformas promoveu aumento do poder de voto do Brasil de 0,377 (zero vírgula trezentos e setenta e sete ponto percentual), passando para 1,715% (um vírgula setecentos e quinze ponto percentual).

Para a internalização da modificação ao Convênio Constitutivo do FMI no Brasil, de acordo com o que reza o Artigo 49, Inciso I, da Constituição Federal, após a análise por órgãos do Poder Executivo, o texto deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional. Uma vez aprovado pelo Poder Legislativo e entrado em vigor no plano internacional, poder-se-á proceder à promulgação do texto modificativo via Decreto Presidencial. A Exposição de Motivos Interministerial MF/MRE, que trata da emenda supracitada, foi encaminhada ao Congresso Nacional pela Mensagem Presidencial nº 563, de 22 de julho de 2009. A proposição, sob número

PDS 1.791/2009, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, em Plenário, em 16 de dezembro de 2009, e encaminhada em 21 de dezembro ao Senado Federal para apreciação.

## **2.4 Missão do FMI sobre Artigo IV**

No ano de 2009, a ASSES acompanhou a Missão do FMI ao Brasil para a elaboração e atualização do Relatório do Artigo IV, sobre *surveillance* (monitoramento).

## **2.5 Brasil “Credor”**

Em 2009, o Brasil passou a integrar a lista de potenciais credores do FMI. Tendo em vista condições robustas de balanço de pagamentos e reservas internacionais elevadas, o País foi convidado a aderir, a partir de abril, ao Plano de Transações Financeiras (FTP) do organismo. Sob esse mecanismo, o Brasil se comprometeu a disponibilizar ao FMI moedas de livre utilização internacional (dólares, euros, libras ou ienes) até o limite de sua quota no Fundo, que corresponde a aproximadamente US\$ 4,5 bilhões.

Além disso, o Brasil, em 2009, anunciou sua intenção de firmar com o FMI Acordo de Compra de Notas (ACN), pelo qual o País contribuiria para a ampliação da capacidade de empréstimo do Fundo no montante equivalente a até US\$ 10 bilhões.

As operações mencionadas não alteram o nível das reservas internacionais brasileiras, mas sua composição, o que contribui para a estratégia de diversificação de reservas.

## **3. G-24 - Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento**

A SAIN é o ponto focal do Governo Brasileiro com o Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento (G-24). A Assessoria é responsável por acompanhar as discussões desse Grupo, cujo objetivo é apresentar e defender propostas (muitas das quais de iniciativa do Brasil) para o aperfeiçoamento do sistema monetário e financeiro internacional junto ao Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) do FMI e Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial (BIRD).

Em outubro de 2009, o Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda assumiu a liderança na condução dos trabalhos do Grupo. Para sua presidência, propôs a priorização dos seguintes temas: combate do impacto da crise sobre os países em desenvolvimento, garantindo apoio adequado para os mais pobres; fortalecimento e reforma das instituições financeiras internacionais; e incentivo à cooperação Sul-Sul na área econômica e financeira.

## **4. Mudanças Climáticas**

A ASSES representa a SAIN nas discussões sobre os aspectos econômicos de mudanças climáticas, tendo participado das reuniões do Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas, no qual o Secretário de Assuntos Internacionais é membro titular e o assessor, suplente.

## 5. Assistência Oficial ao Desenvolvimento

Cabe à ASSES acompanhar as discussões sobre Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), que incluem o financiamento para o desenvolvimento, a ajuda ao comércio, os mecanismos financeiros inovadores, os “*Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*”, a “*Declaração de Paris sobre Efetividade da Ajuda*”, o “*Consenso de Monterrey*” e de “*Doha*” e outras iniciativas de assistência oficial. Ressalta-se que o tema possui forte ligação com o mandato de desenvolvimento e agenda do Banco Mundial.

## 6. G-20 - Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais

A ASSES auxiliou a CAECO, responsável pelo acompanhamento do G-20, na elaboração de materiais para subsidiar a participação do Secretário de Assuntos Internacionais, do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda e do Excelentíssimo Senhor Presidente da República nas reuniões realizadas pelo Grupo, notadamente no que tange ao Banco Mundial e demais bancos multilaterais de desenvolvimento, FMI, uso de energia e mudanças climáticas.

Em março de 2009, a ASSES participou de reunião técnica de grupo de trabalho do G-20 sobre a Reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento em Jacarta, Indonésia. Tratou-se da adequação de capital dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, linhas de empréstimo para países de baixa renda e reforma de voz do Banco Mundial.

### Perspectivas para 2010

Em 2010, a ASSES deverá conduzir trabalhos voltados ao estreitamento das relações da SAIN com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, além de acompanhar os temas mudanças climáticas e ajuda oficial ao desenvolvimento. A ASSES continuará colaborando com os trabalhos do G-20, dada a existência de temas relacionados ao Banco Mundial e ao FMI no plano de trabalho desse Grupo para 2010.

### 2.2.3 Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos – CAECO

As atividades previstas no Regimento Interno para a Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos – CAECO estão a seguir relacionadas:

- Coordenar e acompanhar atividades referentes ao relacionamento com organismos financeiros e multilaterais internacionais;
- Executar estudos e assessoria técnica em assuntos de conjuntura econômica internacional e em política econômica externa;
- Acompanhar e reportar aspectos relevantes da conjuntura econômica internacional e de economias estratégicas; e
- Coordenar e acompanhar tarefas relacionadas à participação do Brasil em grupos formais ou informais de países na discussão de assuntos econômicos.

Dentre as atividades realizadas pela CAECO, destacamos, em 2009, o acompanhamento de assuntos relacionados ao Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos

Centrais (G-20), bem como a participação nas reuniões do Grupo e dos BRICs. Essas atribuições se somaram ao acompanhamento de negociações de acordos entre o Governo brasileiro e governos estrangeiros e do relacionamento do Brasil com instituições multilaterais.

A Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos auxilia na preparação para a participação da SAIN e do Ministro da Fazenda em inúmeros fóruns internacionais, entre os quais: G-20, G-8, BRICs, Diálogo Brasil-China e Diálogo Brasil-Estados Unidos. Além disso, colabora na preparação da participação em vários encontros bilaterais, conferências e seminários sobre assuntos relacionados às atividades da SAIN.

## **Temas Desenvolvidos**

### **1. G-20 – Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e Presidentes de Bancos Centrais**

A SAIN representa o Brasil no G-20, que reúne países economicamente avançados e países emergentes sistemicamente importantes, além do FMI e do Banco Mundial. A Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos é a unidade responsável pela coordenação e acompanhamento das tarefas relacionadas ao Grupo. Em 2009, sob a coordenação da Tróica (Reino Unido, Coreia e Brasil), o G-20 cumpriu uma agenda extensa, em um contexto de desafios econômicos e financeiros sem precedentes.

Com a intensificação da crise global ao final de 2008 e com a generalização do entendimento de que seria impossível combatê-la com ações restritas aos países do G-7, o G-20 foi consolidado como foro de líderes e se tornou a instância central para a coordenação internacional de política econômica.

Ao longo de 2009, realizaram-se duas Cúpulas de Chefes de Estado, três Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, seis Reuniões de *Deputies* (Vice-Ministros das Finanças e Diretores de Bancos Centrais) do G-20 e seis seminários, com o objetivo de elaborar, discutir e encaminhar aos Líderes propostas relacionadas à economia e estabilidade financeira globais. O Grupo concentrou-se na elaboração e implementação de medidas de combate à crise, inclusive no fortalecimento institucional e de recursos das Instituições Financeiras Internacionais e no reforço da regulação financeira internacional.

A Cúpula de Líderes do G-20 realizada em Londres, Reino Unido, em 2 de abril de 2009, lançou o Plano Global para Recuperação e Reforma reforçando compromissos adotados no âmbito do Plano de Ação de Washington. Na Cúpula do G-20 realizada em Pittsburgh, Estados Unidos, nos dias 24 e 25 de setembro de 2009, o G-20 foi declarado o principal foro para coordenação econômica em âmbito mundial, substituindo de fato o G-8 nesse papel.

Em 2009, foram estabelecidos grupos de trabalhos, formados por especialistas das seguintes áreas:

- Acesso Financeiro / Inclusão Financeira;
- Adesão aos padrões internacionais em todas as jurisdições e atuação sobre as jurisdições não cooperantes;
- Financiamento das Mudanças Climáticas;
- Financiamento do Comércio;

- Reforço da Cooperação Internacional e Promoção da Integridade nos Mercados Financeiros;
- Reforma do Banco Mundial e de Bancos Regionais de Desenvolvimento;
- Reforma do Fundo Monetário Internacional; e
- Regulação e Fortalecimento da Transparência.

Os principais resultados do G-20 em 2009 foram: a) a consolidação do Grupo como foro de Líderes; b) o compromisso de transferência de no mínimo 5% das quotas de participação no FMI dos países avançados para mercados emergentes e países em desenvolvimento; c) o compromisso de aumento de pelo menos 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição do Banco Mundial; d) o aumento dos recursos do FMI em até US\$ 850 bilhões, sendo que o Brasil se comprometeu a contribuir por meio da compra de títulos do FMI com até US\$ 14 bilhões, montante esse que será incorporado aos Novos Acordos de Empréstimo (NAB) da instituição; e) o aumento em US\$ 100 bilhões dos recursos para empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento; f) a alocação de US\$ 250 bilhões para financiamento ao comércio internacional; g) o estabelecimento do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), como um sucessor do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF), incluindo todos os países do G20, os membros do FSF, a Espanha e a Comissão Europeia; e h) a priorização da luta contra os paraísos fiscais, levando ao fortalecimento e ampliação do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias.

## **2. Reuniões dos Ministros da Fazenda do Brasil, Rússia, Índia e China - BRICs**

Em 2008, foi realizada a primeira Reunião de Ministros das Finanças do Brasil, da Rússia, da Índia e da China (BRICs). Na ocasião, o Grupo decidiu que se reuniria regularmente a partir de então, sempre que possível em paralelo à reunião de Ministros e Presidentes de Bancos Centrais do G-20.

Em 2009, ocorreram três Reuniões de Ministros das Finanças do Brasil, da Rússia, da Índia e da China (BRICs), em Horsham, Reino Unido, 13 de março de 2009; em Londres, Reino Unido, 4 de setembro de 2009; e em Istambul, Turquia, 3 de outubro de 2009.

O principal foco de discussão dos Ministros foi a situação econômica e financeira global e respostas de políticas dos BRICs, a questão de mudanças do clima e a reforma das Instituições Financeiras Internacionais.

## **3. Reuniões dos Vice-ministros das Finanças da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia (G-4) e acrescido do México (G-5)**

A reunião de Vice-Ministros de Finanças da África do Sul, do Brasil, da China, da Índia e do México (G-5) realizou-se no dia 31 de janeiro em Londres, Reino Unido, paralelamente à Reunião Ministerial do G-20. Os principais assuntos discutidos foram: economia global e situação financeira, reforma das instituições financeiras internacionais e mecanismos de financiamento.

Em 23 de abril, realizou-se a reunião de Vice-Ministros das Finanças do G-4, em Washington, Estados Unidos, paralelamente à Reunião Ministerial do G-20, onde as discussões

se centraram na coordenação de posições dos países nas Reuniões de Primavera do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central e na Reunião do G-20.

#### 4. OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

Durante o ano de 2009, deu-se continuidade aos trabalhos relativos ao aprofundamento das relações com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Ministério das Relações Exteriores coordena esse processo, denominado de “*enhanced engagement*”, no âmbito do Governo brasileiro. No Ministério da Fazenda, a SAIN, por meio da CAECO, tem a função de coordenadora dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos no âmbito desse órgão, conforme Portaria nº 214, de 28 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 169, de 31 de agosto de 2007.

Em março de 2008, o MRE criou Grupos de Trabalhos para ampliar as análises dos instrumentos normativos da OCDE – o “*Acquis*” e, assim, construir posição de consenso no Governo brasileiro. Os GTs visam, também, identificar as áreas prioritárias em que o País tem interesse em aprofundar sua participação com aquele Organismo Internacional. O Ministério da Fazenda foi incluído em 7 (sete) dos 8 (oito) Grupos criados pelo MRE, a saber:

Grupos	Temas tratados
I	<i>Operações Correntes Invisíveis; Movimentos de Capital; Mercados Financeiros; Investimento Internacional e Empresas Multinacionais; Assuntos Fiscais; Seguro.</i>
II	<i>Concorrência; Aço; Construção Naval e Transporte Marítimo; Comércio; Estatística; Turismo</i>
III	<i>Assistência ao Desenvolvimento</i>
IV	<i>Governança Corporativa; Gestão Pública; Anticorrupção</i>
V	<i>Meio Ambiente, Energia, Energia Nuclear</i>
VI	<i>Política Científica, Industrial e Tecnológica, Política de Informação, Computação, Comunicações</i>
VII	<i>Políticas para o Consumidor</i>

Ressalte-se, ainda, que a OCDE, com o intuito de apoiar nosso processo de “*enhanced engagement*”, vem intensificando no último ano a produção de estudos a respeito do Brasil, além de ter criado um espaço específico em seu site oficial para divulgar relatórios, notícias e estatísticas sobre o País ([www.oecd.org/brazil](http://www.oecd.org/brazil)). Quanto ao Comitê de Investimentos da OCDE, cabe ressaltar que o assunto está sob responsabilidade da COINT/SAIN.

Em 2009, coube à CAECO acompanhar os técnicos do departamento econômico da OCDE no âmbito da elaboração do Relatório Econômico sobre o Brasil de 2009 (“*Brazil Economic Outlook*”), divulgado em 14 de julho. A CAECO também ficou encarregada de realizar a interface com diversas Secretarias de governo (Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Minas e Energia, dentre outros). O documento em questão traz avaliações e recomendações da política econômica brasileira entre 2007 e 2009, especialmente no que diz respeito à política macroeconômica e em relação à reforma do sistema tributário, bem como a estrutura do Brasil em relação a gastos governamentais.

#### 5. Ponto de Contato Nacional

O Ponto de Contato Nacional (PCN) é destinado a promover e implementar as Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE). No Brasil, o PCN, instituído pela Portaria MF nº 92, em 12.05.2003, é composto por representantes de nove Ministérios (da Fazenda; das Relações Exteriores; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Trabalho e Emprego; da Justiça; do Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e do Banco Central. A coordenação do PCN está a cargo da SAIN, por meio da CAECO.

O trabalho do PCN - Brasil consiste em duas tarefas básicas: uma de divulgação e promoção e a outra de análise de reclamações de descumprimento das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.

Quanto à divulgação e promoção, foi proposto que o trabalho do PCN - Brasil fosse aprimorado e ampliado a partir da estruturação do PCN no Núcleo de Trabalho da SAIN, situado na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Relativamente à segunda categoria do trabalho, o PCN - Brasil recebe denúncias de violação das Diretrizes para Empresas Multinacionais e inicia um processo de negociação com as partes para a solução do problema, buscando, em última análise, garantir que as mencionadas orientações da OCDE sejam efetivamente implementadas.

No que diz respeito à estruturação do PCN, foi constituído, por meio da Portaria nº 09, de 12.05.2009, um Grupo de Trabalho para apresentar relatório conclusivo sobre a proposta de incremento das atividades do PCN com a previsão de adoção das seguintes medidas:

- Concentração da estrutura de pessoal e dos arquivos do PCN no Núcleo de Trabalho da SAIN/RJ;
- Readequação do quadro de servidores responsáveis pela condução das atividades na SAIN; e
- Incremento das atividades do PCN.

Em julho de 2009, o referido Grupo de Trabalho apresentou à instância superior o relatório conclusivo, contendo diagnóstico sobre a condição de funcionamento do PCN à época, a relação dos problemas identificados, os pontos fortes do Núcleo de Trabalho da SAIN/RJ, as metodologias de trabalho para o PCN e a conclusão e proposições finais.

Em setembro de 2009, foram entregues ao PCN - Brasil duas novas reclamações. Adicionalmente houve, dentro da medida do possível, a continuidade da análise das reclamações existentes, conforme sintetizado nos quadros a seguir:

Número da reclamação	PCN envolvido	País onde ocorreu o fato	Tópicos sob análise	Capítulos das diretrizes	Status	Relatório final
01/2002	Brasil	Brasil	Demissão de funcionários	Capítulo IV	Em andamento.	Sim
01/2004	Brasil	Brasil	Construção de barragem que afetou o meio ambiente e famílias locais.	Capítulo V	Em andamento.	Não
-	Brasil	Brasil	Representação de trabalhadores em sindicatos	Capítulo IV	Deliberação PCN: Arquivamento.	Sim (a ser enviado)
01/2005 03/2007	Brasil	Brasil	Demissão de funcionários	Capítulo II e IV	Em Andamento. Minuta de Relatório final encaminhada à apreciação superior.	Não

Número da reclamação	PCN envolvido	País onde ocorreu o fato	Tópicos sob análise	Capítulos das diretrizes	Status	Relatório final
01/2006	Brasil	Brasil	Meio ambiente e saúde de trabalhadores	Capítulo V	Concluído. Após uma longa mediação e diversas reuniões com as partes em confronto, o PCN brasileiro, em 25 de março de 2008, decidiu arquivar a reclamação.	Sim
02/2006	Brasil	Brasil	Recall branco	Capítulo II, III, V, VII e VIII	Rejeitado.	Sim
04/2007	Brasil	Brasil	Recusa em negociar a participação em lucros e resultados	Capítulo II e IV	Em Andamento. Aguardando informações das partes	Não
05/2007	Brasil	Paraguai	Demissão de funcionários	Capítulo II e IV	Em Andamento. Aguardando informações das partes	Não
06/2007	Brasil	Brasil	Organização Movimento Cansei	Capítulo II, item 11	Rejeitada.	Não
07/2007	Brasil	Brasil	Emprego e relações industriais	Capítulo III e IV	Em Andamento. Aguardando informações das partes.	Não

O Brasil, representado por servidor da SAIN, participou, na sede da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, nos dias 15, 16 e 17 de junho de 2009, de discussões sobre responsabilidade social corporativa, bem como sobre os problemas e soluções de maior destaque no âmbito dos Pontos Nacionais de Contato – PCN nos 41 países onde esse instrumento da OCDE é efetivo.

A Mesa Redonda sobre Responsabilidade Corporativa dá-se anualmente em conjunção com o Encontro Anual dos PCN, que são os instrumentos responsáveis pela implementação das diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais.

O objetivo do Encontro Anual é prestar apoio aos PCNs no desempenho de suas tarefas, levando em consideração assuntos emergentes e o desenvolvimento de políticas relevantes para o tema voltado às empresas multinacionais.

Os eventos internacionais permitiram conhecimento mais detalhado da realidade de funcionamento dos Pontos de Contato de diferentes países por meio da troca de experiências, além do debate direto com representantes trabalhistas. Observou-se que muitos dos desafios são compartilhados pelos diversos PCNs, tais como: baixa institucionalização (quadro de pessoal reduzido, rotatividade de seus representantes, baixo apoio político), dificuldades para atendimento das demandas de representantes sindicais e de entidades não-governamentais, limitada divulgação das Diretrizes junto às empresas, reduzida experiência para lidar com situações-problema, dentre outros.

## 6. Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias

Em atenção ao mandato da Cúpula do G-20 Londres, nos dias 1 e 2 de setembro, realizou-se, no México, o 5º Encontro do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias, instituição chave no esforço multilateral de combate aos paraísos fiscais. O Brasil esteve representado na ocasião, quando foi aprovada a expansão do foro para

todos os países do G-20 e demais países em desenvolvimento interessados. O Fórum Global iniciou igualmente a revisão dos instrumentos de monitoramento das jurisdições de seus membros, bem como estabeleceu um mecanismo de supervisão inter pares na matéria. O Brasil anunciou sua adesão como membro do Fórum Global, juntamente com os demais BRICs.

### **Perspectivas para 2010**

Em 2010, a CAECO deverá sofrer uma reestruturação, passando a ser responsável por todos os assuntos abrangentes em diálogos de política econômica internacional, dentre eles: diálogo com outros países (reuniões bilaterais); diálogo na América do Sul; participação em foros multilaterais, como G-7, G-20, BRICs, G-24, OCDE, PCN, UNASUL, CPLP; e acompanhamento macroeconômico, financeiro e fiscal.

#### **2.2.4 Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI**

A Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI tem sob sua responsabilidade a condução de atividades que envolvem o financiamento com recursos públicos das exportações brasileiras, a recuperação de créditos soberanos e a captação de recursos externos para financiamento de projetos em território nacional.

Os órgãos colegiados dos quais a Coordenação-Geral é membro ativo, representando a Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, conduzem programas de governo que têm como objetivo principal contribuir para o aumento das exportações brasileiras, gerando, por consequência, a elevação do nível de emprego e de renda, a busca de novos mercados exportadores, bem como a elevação do ingresso de divisas no País.

Adicionalmente, em função da Lei nº 11.281, de 20.02.2006, que transferiu do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a SAIN as atribuições relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE, a COAFI exerce e conduz as atividades relativas à nova atribuição. Em nome da União, o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais e o Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com o apoio técnico da SAIN autorizam, conforme as respectivas competências, a concessão da garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos em virtude do Seguro de Crédito à Exportação, lastreada com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE.

A COAFI exerce também as demais atribuições relativas ao Seguro de Crédito à Exportação, incluindo a contratação de instituição habilitada a operar o SCE para a execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, conforme Portaria MF nº 286, de 02.12.2008. A COAFI está absorvendo estas funções enquanto aguarda a criação da Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação.

### **Temas Desenvolvidos**

#### **1. Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG**

O COFIG, órgão colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, foi criado pelo Decreto nº 4.993, de 18.02.2004, em substituição ao Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação - CFGE, extinto a partir de 01.01.2004, pela Medida Provisória nº 143, de 11.12.2003, e ao Comitê de Crédito às Exportações - CCEX, extinto a partir de 19.03.2004, pela Portaria MF nº 45, de 18.03.2004.

Ao COFIG compete enquadrar e acompanhar as operações do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, estabelecendo parâmetros e condições para a concessão de assistência financeira às exportações e prestação de garantia pela União. Assim, a partir da criação do referido Comitê, os assuntos referentes ao PROEX e ao FGE passaram a ser tratados em um único Comitê.

A Presidência do COFIG é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e sua Secretaria-Executiva está a cargo da SAIN, representando o Ministério da Fazenda. O Comitê é composto, ainda, por representantes do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Casa Civil da Presidência da República; e Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda.

Participam também do COFIG, como convidados, representantes do Banco do Brasil S.A.; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; desta SAIN, como mandatária da União para prestação de garantia do SCE; e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE.

### **1.1. Secretaria-Executiva**

Em 2009, a SAIN, no exercício da atividade de Secretaria-Executiva do COFIG, representada pela COAFI, organizou e participou ativamente de todas as reuniões do Comitê, prestando assessoria ao Presidente e aos Membros do COFIG, distribuindo documentação aos representantes, propondo pautas para as reuniões, providenciando informações necessárias à instrução das matérias a serem submetidas à apreciação e deliberação do Comitê, elaborando pautas comentadas e atas com as deliberações do COFIG, bem como coordenando reuniões do Grupo de Apoio Técnico - GAT e reuniões de Grupos Técnicos criados para elaborar estudos relacionados ao PROEX e ao FGE.

### **1.2. Reuniões**

As Reuniões Ordinárias e Extraordinárias são realizadas com a presença de pelo menos 5 (cinco) membros do Comitê (titulares ou suplentes), dentre eles o Presidente ou o Secretário-Executivo, para deliberar sobre os diversos assuntos da pauta. As Reuniões do GAT são realizadas dois dias antes das reuniões ordinárias, com participação dos representantes suplentes e assessores, para discussão técnica dos assuntos da pauta.

No exercício de 2009 foram realizadas, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do COFIG, 12 (doze) Reuniões Ordinárias (54<sup>a</sup> a 65<sup>a</sup>), precedidas das reuniões do GAT, e 1 (uma) Reunião Extraordinária (15<sup>a</sup>).

### **1.3. Regimento Interno**

O Regimento Interno do COFIG passou por revisão, adaptação e atualização, entre as quais as decorrentes da transferência de atribuições relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE do IRB - Brasil Resseguros S.A. para esta Secretaria. O texto final revisado do Regimento Interno foi aprovado por ocasião da 31<sup>a</sup> Reunião Ordinária do COFIG, realizada em 28.02.2007, e contemplou as alterações promovidas pela Lei nº 11.281/2006. Entretanto,

tendo em conta que as alterações no Decreto nº 4.993, de 18.02.2004, que trata da criação do COFIG, foram aprovadas pelo Conselho de Ministros da CAMEX, em sua 65ª. Reunião, realizada em 18.06.2009, aguarda-se a publicação do Decreto que irá alterar o Decreto nº 4.993/2004, para os devidos ajustes e posterior publicação do Regimento Interno do Comitê, após exame pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

## **2. Grupos de Trabalho**

A COAFI, em face das suas atribuições, incluindo o mandato conferido pela União para operar o SCE, participou e/ou coordenou os seguintes Grupos de Trabalho ao longo do exercício de 2009:

### **2.1 GT - MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas):**

O GT foi criado pelo COFIG, em sua 21ª Reunião Ordinária, realizada em 29.03.2006, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, com o objetivo de discutir e apresentar proposta para a implementação do Seguro de Crédito à Exportação como mecanismo de apoio à exportação de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME.

Em outubro de 2006, mediante consulta extraordinária, o projeto de apoio às MPME foi aprovado pelos Ministros da CAMEX, ficando pendente a atualização dos normativos que regem a matéria para implementação do mecanismo.

Em maio de 2008 foram publicados os normativos (Medida Provisória nº 429, de 12.05.2008, convertida na Lei nº 11.786, de 25.10.2008, e a Resolução CAMEX nº 29, de 13.05.2008) que permitiram, entre outras providências, a utilização do FGE pelo segmento de Micro, Pequenas e Médias Empresas - MPME.

A partir de então foram realizadas diversas reuniões do Grupo de Trabalho, formado por representantes da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN e da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Banco do Brasil S.A. - BB e da Seguradora de Crédito à Exportação - SBCE, para a discussão dos modelos de Certificados de Garantia a serem utilizados pelas MPME e para a elaboração de sugestões à CAMEX, de forma a propiciar condições de ampliação da participação das MPME na base exportadora brasileira. Entre estas propostas está a melhor adequação dos recursos do FGE e a possibilidade das MPME poderem, como as demais empresas, encadear o pré-embarque com o PROEX/Financiamento, tornando mais efetivo o SCE com o FGE.

Em 2009 o Grupo de Trabalho continuou a se reunir para discutir os modelos de Certificados de Garantia de Cobertura para as MPME. Concluiu-se que os modelos de Certificados, nas fases pré-embarque e pós-embarque, deveriam ser separados para operações com financiamento via PROEX (Pré e Pós) e para operações via ACC no pré-embarque e ACE no pós-embarque. Dessa forma, foram desenvolvidos modelos separados, o que acarretou necessidade de extensão da conclusão dos trabalhos.

Em dezembro de 2009 foram encaminhadas as minutas de Certificados definitivas, acordadas entre as partes, para a avaliação da área jurídica do Banco do Brasil S.A. Uma vez avaliadas pelo jurídico do Banco, as minutas serão encaminhadas à Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional – PGFN, que se manifestará sobre os modelos de certificados, concluindo a etapa de elaboração e aprovação do Certificado de Cobertura para as MPME.

## **2.2 GT - FGE/Setor Aeronáutico - Entendimento Setorial Aeronáutico da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE:**

O Grupo Técnico, sob coordenação do MRE, foi constituído para acompanhar as negociações sobre o “Acordo Setorial Aeronáutico”, no âmbito da OCDE, e conta com a participação de representantes do BNDES, MDIC, SBCE, SAIN/MF e STN.

A expectativa desta Secretaria ao participar das discussões desse Grupo Técnico é contribuir para que as negociações adotadas no âmbito da OCDE resultem em um modelo de precificação de risco que preserve a solvência e a autossustentabilidade do FGE, como fundo garantidor.

### **Principais eventos sobre o assunto em 2009 com a participação da COAFI, representando a SAIN/MF:**

- a) **09 a 11.09.2009:** participação de servidor da COAFI nas reuniões do Entendimento Setorial Aeronáutico da OCDE (*Aircraft Sector Understanding - ASU*), em Roma, Itália.
- b) **16 a 18.11.2009:** participação de servidor da COAFI na *41th Meeting of the Group on the Sector Understanding on Export Credits for Civil Aircraft (ASU)* na OCDE, em Paris, França.

**2.3 GT PROEX Pré-Embarque:** Criado pelo COFIG em sua 50ª Reunião Ordinária, realizada em 24.09.2008, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do Comitê, com o objetivo de analisar a viabilidade em conceder o financiamento com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), na fase de produção de bens e serviços para exportações (Pré-embarque). O GT iniciou seus trabalhos em dezembro de 2008.

Em 2009 foram realizadas 5 (cinco) reuniões para discussão do assunto, tendo o GT apresentado o seu relatório final do COFIG na 56ª Reunião Ordinária do Comitê, realizada em 27.03.2009. Na reunião, o COFIG aprovou a proposta de criação do PROEX/Financiamento à Produção Exportável e recomendou ao GT a elaboração dos normativos sobre a regulamentação da modalidade.

As minutas de Portaria MDIC e as Premissas Operacionais foram apresentadas pelo Grupo Técnico e aprovadas na 62ª Reunião Ordinária do Comitê, realizada em 07.10.2009.

### **2.3.1 Notas Técnicas**

- **PROEX:** Nota Técnica nº 034, de 30.01.2009, para a CAMEX, que encaminhou Propostas sobre a revisão de normas do Programa de Financiamentos às Exportações-PROEX;
- **PROEX:** Nota Técnica nº 035, de 30.01.2009, para a CAMEX, que encaminhou pleito de financiamento de exportação de café verde para Cuba, com recursos do PROEX/Financiamento;

- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 036, de 30.01.2009, para a CAMEX, que encaminhou o pleito de financiamento com garantia do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação FGE, e equalização de taxas de juros do PROEX, referente ao projeto intitulado “Plantas Farmacêuticas”, de interesse do Governo de Cuba;
- **FGE:** Nota Técnica nº 038, de 30.01.2009, para a CAMEX, que trata do limite de exposição do FGE em operações de Seguro de Crédito à Exportação - SCE;
- **FGE:** Nota Técnica nº 064, de 12.02.2009, para o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, que trata da 1ª Repactuação do contrato da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação;
- **FGE:** Nota Técnica nº 067, de 13.02.2009, para o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, que trata da 2ª Prorrogação do contrato da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 258, de 24.04.2009, para a CAMEX, que trata de operação para Cuba - Pólo Científico - com garantia do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE, e equalização de taxas de juros pelo PROEX;
- **PROEX:** Nota Técnica nº 259, de 24.04.2009, para a CAMEX, que trata de operação com apoio do PROEX, para empresa com faturamento bruto anual superior a R\$ 600 milhões (seiscentos milhões de reais);
- **FGE:** Nota Técnica nº 260, de 24.04.2009, para a CAMEX, que encaminha alteração no valor da operação de exportação de aeronaves para a Argentina, pela EMBRAER;
- **FGE:** Nota Técnica nº 371, de 17.06.2009, para a CAMEX, que encaminha informações sobre a negociação bilateral Brasil - Angola;
- **FGE:** Nota Técnica nº 372, de 17.06.2009, para a CAMEX, que encaminha proposta de nova redação para o Decreto nº 4.993/2004, que dispõe sobre a criação do COFIG;
- **FGE:** Nota Técnica nº 373, de 17.06.2009, para a CAMEX, que trata de operação para a Guatemala, com garantia do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE, sendo o pedido de 100% de cobertura dos riscos comerciais, políticos e extraordinários;
- **FGE:** Nota Técnica nº 374, de 17.06.2009, para a CAMEX, que encaminha alteração de condições da exportação de aeronaves para a Argentina, pela EMBRAER;
- **FGE:** Nota Técnica nº 398, de 29.06.2009, para o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, que trata da 2ª Repactuação do contrato da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 415, de 03.07.2009, para a CAMEX, que trata de alteração do custo *all-in* de operação para Cuba – Projeto de Arroz e Cana-de-açúcar – com garantia do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE, e equalização de taxas de juros pelo PROEX;

- **FGE:** Nota Técnica nº 660, de 13.11.2009, para o Sr. Secretário de Assuntos Internacionais, que trata da 2ª Repactuação do contrato da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 713, de 11.12.2009, para a CAMEX, que trata da operação para Cuba – Porto de Mariel – com garantia do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE, e equalização de taxas de juros pelo PROEX;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 714, de 11.12.2009, para a CAMEX, que trata da operação para Gana – Usina Hidrelétrica Juale – com garantia do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE, e equalização de taxas de juros pelo PROEX;
- **FGE:** Nota Técnica nº 715, de 11.12.2009, para a CAMEX, que trata da operação de exportação de aeronaves para a Indonésia, pela Embraer;
- **FGE/PROEX:** Nota Técnica nº 716, de 11.12.2009, para a CAMEX, que trata de operações para Moçambique – Aeroporto de Nacala e Porto da Beira – com garantia do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE, e equalização de taxas de juros pelo PROEX;
- **FGE:** Nota Técnica nº 717, de 11.12.2009, para a CAMEX, que trata da Nota Técnica Atuarial sobre o limite de exposição do Fundo de Garantia à Exportação - FGE em operações de Seguro de Crédito à Exportação - SCE;

### Negociações Bilaterais

- **Angola:** Delegações do Governo brasileiro e do Governo angolano reuniram-se no Brasil, entre os dias 6 e 14 de maio de 2009, para discutirem a solicitação angolana relativa à concessão de crédito adicional. Ao final das negociações, as partes acordaram as condições consubstanciadas em um Protocolo de Entendimento, que foi posteriormente submetido à aprovação da CAMEX.
- **Moçambique:** Delegações do Governo brasileiro e do Governo moçambicano reuniram-se em Moçambique, entre os dias 8 e 10 de julho de 2009, para avaliar a criação de uma estrutura de financiamento e de garantia, ao amparo dos mecanismos oficiais de crédito e de garantia das exportações brasileiras, com o propósito de viabilizar financiamentos brasileiros para projetos de infraestrutura em Moçambique. Ao final das negociações, o Chefe da delegação brasileira, Secretário-Adjunto da SAIN/MF, e a Chefe da Delegação moçambicana, assinaram a Ata de Entendimentos entre as partes.
- **Irã:** Delegações do Governo brasileiro e do Governo iraniano reuniram-se em Teerã, nos dias 15 e 16.11.2009, para avaliar a criação de uma estrutura de financiamento e de garantia das exportações e financiamentos brasileiros para aquele país. A delegação brasileira foi chefiada pelo MRE e contou com representantes do COFIG, dentre os quais um representante da COAFI/SAIN-MF.
- **Serra Leoa:** Em 14.10.2009 foram realizadas em Serra Leoa reuniões de representantes do COFIG, dentre os quais representante da COAFI/SAIN-MF, chefiados pelo MDIC, com o Governo de Serra Leoa sobre a possibilidade de financiamento brasileiro em diversas áreas daquele país.

## 2.4 GT Risco-País:

O COFIG, em sua 60ª Reunião ordinária, realizada em 29.07.2009, aprovou a criação do Grupo de Trabalho, sob a coordenação da Secretaria-Executiva do COFIG, para avaliar o nível de exposição e o risco dos países com os quais o FGE está mais exposto. Em 2009, foram realizadas 4 (quatro) reuniões do Grupo, tendo sido a primeira realizada em 18.09.2009. Nestas reuniões foram analisados os riscos dos seguintes países: Angola, Argentina, República Dominicana e Venezuela.

## 2.5 GT Nota Técnica Atuarial:

Em atendimento à determinação do Conselho de Ministros da CAMEX, por ocasião da LXVIII Reunião desta Câmara de Comércio Exterior, realizada em 28.10.2009, foi criado Grupo de Trabalho, no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, para avaliação e apresentação, àquele Conselho de Ministros, de parecer sobre sugestões do Ministério das Relações Exteriores - MRE de ajuste na Nota Técnica Atuarial sobre limites de exposição do Fundo de Garantia à Exportação - FGE.

Em 08.12.2009 foi realizada a 1ª reunião do Grupo de Trabalho, onde foram discutidas as premissas apresentadas pelo Ministério das Relações Exteriores ao Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.

## 3. Fundo de Garantia à Exportação - FGE / Seguro de Crédito à Exportação - SCE

Em decorrência da transferência, do IRB – Brasil Resseguros S.A. para o Ministério da Fazenda, das atribuições referentes à concessão de garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários, assumidas em virtude do Seguro de Crédito à Exportação - SCE ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, esta Secretaria, por meio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, examinou as solicitações de exportadores brasileiros a seguir listadas, com vistas à autorização da concessão de garantia pela União, dentro da alçada da SAIN/COAFI ou do COFIG.

Natureza da Operação	Quantidade	Países / Destino	Valor Exportação (US\$)	Prêmios Previstos (US\$)
Promessa de Garantia	85 *	19	7.418.992.913,46	303.785.811,67
Certificado de Garantia	33 **	11	2.442.272.615,33	123.326.850,96
Indeferimentos	4	3	9.400.159,80	-

(\*) Foram analisadas 85 Promessas de Garantia, com a elaboração de 103 pareceres adicionais da COAFI/SAIN referentes a apresentações, reapresentações e renovações das PGs, totalizando 188 manifestações técnicas da COAFI/SAIN.

(\*\*) Foram analisados 33 Certificados de Garantia, com a elaboração de 12 pareceres adicionais da COAFI/SAIN referentes a acréscimos e aditamentos, totalizando 45 manifestações técnicas da COAFI/SAIN.

Os pleitos foram distribuídos conforme o encaminhamento conferido a cada um deles. Assim, as operações foram divididas em: Promessas de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (85); Certificados de Garantia de Cobertura de Seguro de Crédito à Exportação (33), na forma de Condições Particulares e, eventualmente, também como Condições Especiais, bem como em operações que não tiveram o risco aprovado e, por isso, foram objetos de indeferimentos (4). Os pleitos examinados pela COAFI totalizaram US\$ 9,87 bilhões de exportações brasileiras e US\$ 427,1 milhões de previsão de arrecadação de prêmio de seguro, a serem recolhidos de acordo com o cronograma de desembolso das operações.

Vale ressaltar que todas as operações mencionadas foram objeto de análise pela empresa contratada para operar o Seguro de Crédito à Exportação, cujo “Relatório Executivo” específico para cada operação, envolvendo a análise econômico-financeira do importador, o risco-país, a análise setorial e o histórico das empresas envolvidas, foi tempestivamente submetido à apreciação desta Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros, do COFIG e, conforme o caso, também à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Sobre os sinistros verificados ao longo de 2009, o Fundo de Garantia à Exportação - FGE efetuou indenizações no montante de R\$ 770 mil (setecentos e setenta mil reais). Os valores recuperados após a indenização, mediante ações de cobrança judicial e extrajudicial, atingiram o montante de R\$ 1,6 milhão (hum milhão e seiscentos mil reais). Cumpre ressaltar que essa recuperação refere-se também a operações de exercícios anteriores a 2009, uma vez que somente com a publicação da Lei nº 11.281, de 20.02.2006, foi definido o procedimento para recuperação de créditos referentes a indenizações pagas com recursos do FGE.

### **3.1 Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN**

Foram realizadas no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação – SCE, ao amparo do Fundo de Garantia de Exportação – FGE, 15 (quinze) consultas à PGFN sobre Certificados de Garantia, Pagamentos de Indenizações, além de outros assuntos vinculados ao SCE.

### **3.2 Orçamento do Fundo de Garantia à Exportação - FGE**

#### **3.2.1 Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para 2010:**

Foram tomadas as seguintes providências acerca da Proposta Orçamentária do FGE para o ano de 2010:

- (a) 19.06.2009 - Encaminhamento à SPOA/SE/MF da Proposta Orçamentária do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para o exercício de 2010, elaborada pela Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, com a colaboração do Grupo Técnico do COFIG, da ordem de R\$ 1,4 bilhão de receitas e R\$ 125,3 milhões de despesas.
- (b) 20.07.2009 - A SPOA/MF informou à COAFI a fixação do montante de R\$ 32,0 milhões como limite global para a Proposta Orçamentária de 2010 do Fundo de Garantia à Exportação, a ser distribuído entre as atividades pertencentes ao referido Fundo.
- (c) 27.07.2009 - A COAFI enviou à SPOA/MF o mapa com a distribuição dos valores entre as três rubricas orçamentárias do FGE, sendo R\$ 14,8 milhões para Cobertura das Garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação, R\$ 14,7 milhões

para Remuneração de Agentes pela Recuperação de Haveres e Operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação e R\$ 2,4 milhões de Devolução de Prêmios do Seguro.

**3.2.2 Orçamento do FGE para 2009:** A COAFI monitorou, periodicamente, a execução orçamentária do Fundo, que teve dotação orçamentária de R\$ 13,3 milhões para Remuneração de Agentes pela Recuperação de Haveres e Operacionalização do Seguro de Crédito à Exportação, R\$ 8,5 milhões para Cobertura das Garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação e R\$ 150 mil de Devolução de Prêmios do Seguro.

### **3.3 Demais Atividades relacionadas ao FGE**

**Exposição do FGE em 2009:** Foi informado mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional o montante do risco assumido pelo FGE, fundo contábil vinculado ao Ministério da Fazenda, decorrente de operações realizadas no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação-SCE.

**Relatório de Metas do FGE para 2009:** Foi efetuada a elaboração de relatório com as metas operacionais e financeiras do FGE para o exercício de 2009, aprovadas pelo COFIG em sua 58ª Reunião Ordinária, de 27.05.2009.

**Prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços** celebrado entre a União, por intermédio da SAIN/MF, e a SBCE - Concorrência nº 1/SAIN/MF/2006.

#### **3.3.1 Fiscalização do Contrato SAIN-SBCE**

No decorrer do exercício de 2009, a SAIN realizou visitas de fiscalização à SBCE, conforme previsto na Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços em vigor.

O acompanhamento dos serviços prestados pela SBCE foi feito, também, diária e mensalmente, mediante troca de mensagens eletrônicas, realização de contatos telefônicos e envio de documentos (pareceres, relatórios, estudos etc.) pela Seguradora, com vistas a subsidiar as decisões desta Secretaria e do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG.

### **4. Programa de Financiamento às Exportações - PROEX**

O PROEX é um programa governamental, instituído pela Lei nº 8.187, de 01.06.1991, revogada pela Lei nº 10.184, de 12.02.2001, com o objetivo de incentivar as exportações brasileiras de bens e serviços, mediante a concessão de apoio financeiro às empresas exportadoras, com recursos orçamentários da União.

Destacamos, a seguir, os principais eventos envolvendo o referido Programa, no âmbito desta COAFI, ao longo do ano de 2009:

#### **4.1 Comissão de Programação Financeira do PROEX - CPF**

A CPF foi criada pela Portaria Interministerial nº 496, de 03.09.1993, com a incumbência de elaborar as propostas para a programação financeira mensal do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

Em 2009, sob a supervisão da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento (97ª a 108ª).

## **4.2 Orçamento do PROEX**

**4.2.1 Proposta Orçamentária do PROEX para 2010:** A COAFI coordenou as reuniões de elaboração da proposta orçamentária do PROEX para o exercício de 2010, que contaram com a participação de membros do COFIG. A proposta orçamentária do Programa, no montante de R\$ 2,4 bilhões de dotação para Financiamentos, R\$ 1,2 bilhão para Equalização de Taxas de Juros e previsão de receita na ordem de R\$ 2,2 bilhões foi encaminhada à STN/COPEC em 30.09.2009 para compor a proposta do Ministério da Fazenda a ser encaminhada à Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

**4.2.2 Orçamento do PROEX para 2009:** A COAFI monitorou, periodicamente, a execução orçamentária do Programa, que teve dotação orçamentária de R\$ 1,3 bilhão para Financiamento e R\$ 951,0 milhões para Equalização da Taxa de Juros.

## **5. Outros Assuntos**

Fornecimento de informações relativas ao Seguro de Crédito à Exportação - FGE para compor a Mensagem Presidencial do Exercício de 2009 – Dezembro de 2009.

## **6. Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE**

O COMACE, órgão colegiado, foi instituído pela Portaria Interministerial nº 188, de 23.10.1989, e reorganizado pelo Decreto nº 2.297, de 11.08.1997, tendo o seu funcionamento delineado pelo Regimento Interno anexo à Portaria nº 350, de 26.12.1997.

Ao COMACE compete: (a) definir parâmetros e analisar modalidades alternativas para a renegociação de créditos brasileiros; (b) proceder à análise de risco-país; (c) fixar critérios para a concessão de novos créditos; (d) indicar limites de exposição por país; e (e) indicar limites das obrigações contingentes do Tesouro Nacional em garantias e seguros de créditos à exportação.

A Presidência do COMACE é exercida pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e sua Secretaria-Executiva está a cargo do Secretário de Assuntos Internacionais deste Ministério. O COMACE é composto, ainda, por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP; Ministério das Relações Exteriores - MRE; Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN; Banco Central do Brasil; Banco do Brasil S.A. e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

### **6.1 Secretaria-Executiva**

Em 2009, a Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI, que representa a Secretaria-Executiva do COMACE no âmbito da Secretaria de Assuntos Internacionais, tratou e acompanhou os seguintes assuntos:

## 6.2 Reuniões no Clube de Paris

### *Tour d'Horizon - 22.01.2009*

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **Equador:** O governo anunciou recentemente a intenção de reestruturar a sua dívida expressa em *Bonds*, com 70% de desconto no mercado; o tema será acompanhado pelos credores que negociaram as suas dívidas no Clube para evitar futuros problemas de pagamentos.
- (b) **Guiné:** Foram fornecidas informações acerca da situação do país após o golpe militar que culminou com a morte do então Presidente.
- (c) **República Democrática do Congo (Kinshasa):** Foram discutidas as implicações do acordo entre a República Democrática do Congo e a China.
- (d) **Iraque:** Os credores decidiram na reunião de dezembro de 2008 que a Fase III da *Agreed Minute* de 2004 entrou em vigor e o texto do comunicado de imprensa foi publicado.
- (e) **Costa do Marfim:** A depender das negociações do país com o FMI, *financing assurances* serão pedidas em março a fim de possibilitar um novo acordo no âmbito do Clube para o tratamento intermediário da dívida até que o país atinja o *completion point*.

### *Tour d'Horizon - 13.03.2009*

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **República Democrática do Congo:** As discussões continuaram em torno da análise das implicações macroeconômicas do acordo entre a República Democrática do Congo e a China.
- (b) **Costa do Marfim:** O representante do FMI informou que o Fundo e o Banco Mundial haviam decidido pelo *decision point*, no âmbito da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), e que um novo Programa estaria sendo apresentado ao *Board* para proporcionar o alívio intermediário da dívida (*Interim Debt Relief*), para o período de 2009 a 2012.
- (c) **Iraque:** O Clube transmitiu dados atualizados sobre o relacionamento do país com o FMI e Banco Mundial e o estado da implementação da *Agreed Minute* de 2004 e solicitou informações aos credores sobre o nível de pagamentos efetuados pelo Iraque.

### *Tour d'Horizon - 14.04.2009*

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **Costa do Marfim:** O *Decision Point* para a Costa do Marfim ocorreu no final de março. A dívida externa do país é de aproximadamente USD 12,8 bilhões, dos quais aproximadamente 50% é devida ao Clube, 28% a instituições multilaterais e 22% são empréstimos comerciais e demais países.

### *Tour d'Horizon - 11 a 16.05.2009*

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **República do Congo:** Foram debatidas as discrepâncias com relação aos valores apresentados anteriormente sobre o montante da dívida do país com os credores litigantes, associados aos “fundos abutres”. O país enviou pedido ao FMI e ao Banco Mundial, para que reconheçam, até o final deste ano, que o país atingiu o ponto de conclusão, de modo a torná-lo elegível a uma redução do estoque de sua dívida externa de até 90% no âmbito da iniciativa HIPC.
- (b) **Costa do Marfim:** Tendo atingido, em março passado, o ponto de decisão, no âmbito da Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), e uma vez que o Programa com o Fundo Monetário Internacional foi assinado em 27 de março de 2009, o país foi convidado a apresentar proposta para o alívio intermediário da sua dívida (*Interim Debt Relief*), para o período de 2009 a 2012.
- (c) **Guiné:** O FMI e o Banco Mundial informaram sobre a situação do país que sofreu um golpe militar em 2008, fato que poderá retardar as tratativas dentro da Iniciativa HIPC. Também foi decidido que a segunda fase da Ata de Entendimentos, assinada em 2008 no Clube de Paris, não entrará em vigor.
- (d) **Peru:** Em maio de 2007, o Clube recebeu uma oferta de pré-pagamento por parte do país. O FMI informou que houve uma desaceleração na economia e, em resposta à crise, o país está lançando um plano de estímulo ao crescimento da sua economia e, nesse contexto, voltou a contatar alguns credores que não haviam participado do plano em 2007, a fim de reduzir a exposição do país.
- (e) **Reunião de Renegociação da dívida da República da Costa do Marfim, no dias 14 e 15/05/2009:** A reunião dedicada, exclusivamente, à negociação de reestruturação da dívida externa da Costa do Marfim com os credores bilaterais, participantes do Clube, foi concluída com a assinatura da Ata de Entendimentos, nos termos de Colônia, o que significa que 90% dos créditos que não correspondem à ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) serão cancelados, enquanto os 10% remanescentes, serão reescalados à taxa de juros de mercado a ser acordada bilateralmente.

#### *Tour d’Horizon - 24.06.2009*

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **República do Congo:** O Clube transmitiu dados atualizados sobre o relacionamento do país com o FMI e Banco Mundial e fez uma revisão da implementação da cláusula de comparabilidade de tratamento, relacionada a credores conhecidos como *Vulture Funds* que estão cobrando dívidas nas cortes internacionais.
- (b) **Equador:** Na reunião foram repassadas informações do FMI e do Banco Mundial sobre a situação no país e acerca da operação de reestruturação de títulos para regularizar a dívida junto a credores privados.
- (c) **República Democrática do Congo:** Durante a reunião o FMI e o Banco Mundial trouxeram informações atualizadas sobre o país no sentido de que a estabilização política requer um controle rigoroso da situação econômica. Contudo, pressões por conta dos questionamentos envolvendo o acordo com a China têm sido feitas junto ao FMI interferindo na conclusão de um novo acordo PRGF.

- (d) **República de Angola**: As autoridades angolanas, diante da crise financeira internacional, propuseram aos credores do Clube efetuar operações de *swap* de dívida por investimentos sociais no país em substituição do último pagamento esperado para janeiro de 2010.
- (e) **Publicação do Relatório Anual do Clube de Paris 2008**: O Brasil participou ainda da apresentação do Relatório de 2008 das atividades do Clube.
- (f) **Conferência Internacional e o Encontro Anual com os Credores Privados e os Credores Não Membros, no dia 25.06.2009**: O Encontro Anual dedicado às discussões com os credores privados, nesse ano representados pela *IIF – Institute of International Finance*, forneceu informações relacionadas ao estabelecimento de Princípios para o Fluxo Estável de Capitais e Reestruturações Justas nos Mercados Emergentes, desenhados pelo IIF e falou sobre a criação de um grupo de reconciliação de ativos soberanos vencidos e concluiu sua apresentação mencionando uma iniciativa preliminar de avaliação de credores litigantes contra países de baixa renda. O Secretariado do Clube apresentou um relato das suas atividades desde o Encontro Anual passado, incluindo renegociações recentes com Seychelles e Costa do Marfim.

A Conferência Internacional debateu temas relacionados à crise financeira e seus impactos sobre os países emergentes e em desenvolvimento. A Presidência do Encontro coube à Ministra da Economia, Indústria e Emprego, Sra. Christine Lagarde. A Ministra abriu a Conferência com o Sr. John Lipsky, Primeiro Vice-Diretor do Fundo Monetário Internacional.

#### ***Tour d'Horizon - 08.07.2009***

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **Argentina**: O FMI mencionou dados gerais sobre a conjuntura econômica do país tais como: a dívida externa, projeção de crescimento, contas públicas etc. Em especial, dos comentários, vale salientar que as perspectivas para o país têm melhorado e que houve menção à operação de *swap* de reservas entre a China e a Argentina e também com o Brasil, nos moldes da Iniciativa Xiang Mai, o que confere mais conforto às contas externas do país. O Brasil foi questionado acerca da operação de financiamento à exportação de aeronaves pela Embraer, uma vez que a Argentina está em atraso com os credores do Clube. Ao que o Brasil respondeu que as informações existentes, até o momento, davam conta de que os termos e condições ainda estavam em discussão e que o contrato financeiro ainda não havia sido assinado.
- (b) **Angola**: Embora o acordo com Angola, no âmbito do Clube, não esteja formalizado em uma Ata de Entendimentos, há certa flexibilidade do Clube quanto a quaisquer arranjos entre os credores e Angola. Contudo, os credores, em sua maioria, votaram contra a proposta angolana, ressaltando que a expectativa é pelo pagamento integral da última parcela que vence em janeiro de 2010.
- (c) **República Democrática do Congo**: As explicações concentraram-se no empréstimo da China. O interesse do Clube na operação da China com a RDC tem a sua base nas premissas da Iniciativa HIPC, pois a RDC se candidatará à fase final (*completion point*), dentro dos próximos seis meses. Assim, a operação com a China poderia colocar em risco a capacidade de pagamento congoleza.

*Tour d'Horizon - 16.09.2009*

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **Argentina**: Não foi permitida a participação da delegação brasileira nas discussões.
- (b) **Angola**: Em reação à proposta angolana de fazer operações de *swap* em investimentos no setor social, em vez de pagar a última prestação acordada com o Clube em 2007, com vencimento para janeiro de 2010, os credores optaram por enviar carta ao devedor ressaltando que o intuito do acordo do Clube com Angola era permitir a rápida normalização do seu relacionamento com os credores.
- (c) **República Democrática do Congo**: As explicações, mais uma vez, concentraram-se no empréstimo da China e no fato de que os credores não estão em condições de fornecer *financing assurances* diante da demora das autoridades congolosas em fornecer as informações requeridas acerca da transação.
- (d) **Guiné-Conakri**: O FMI informou que o governo militar que assumiu o país postergou o anúncio das eleições para janeiro de 2010, o que tornou mais difícil o reconhecimento do regime. Já o Banco Mundial anunciou que interrompeu os desembolsos desde o Golpe Militar, em dezembro de 2008. Relembrou ainda que o país estava muito próximo de atingir o *completion point* no âmbito da Iniciativa HIPC, mas o golpe militar interrompeu o processo. Informou também que a Guiné pagou os atrasados junto ao Banco Africano de Desenvolvimento - BAD. Em março do corrente ano, foi enviada uma carta para a Guiné informando que o acordo com o Clube estava interrompido devido à situação política.
- (e) **Costa do Marfim**: O Banco Mundial informou que está sendo preparado um *Debt Reduction Facility*, pois as autoridades estão interessadas em levar a cabo uma operação de *buyback* dos atrasados para com os credores comerciais, incluindo os do Clube de Londres, como parte do tratamento da Iniciativa HIPC. O Secretariado ressaltou que o ponto mais importante a ser considerado é a *Debt Sustainability Analysis – DAS*, principalmente diante das negociações que estão sendo conduzidas junto aos credores privados.
- (f) **Congo – Brazzaville**: O país está promovendo uma reconciliação das suas dívidas e procedendo a um levantamento dos pagamentos efetuados aos *Vulture Funds*. O Banco Mundial, por sua vez, informou que o país assumiu a responsabilidade pela implementação de uma série de reformas sociais, a fim de se graduar no âmbito da Iniciativa HIPC, dentre as quais: o combate à pobreza em alto grau (57%), redução da mortalidade infantil, implementação de melhorias na área da saúde e, a mais importante de todas, o gerenciamento transparente dos seus recursos petrolíferos.
- (g) **Suriname**: A informação recebida é que o Suriname não tem nenhuma relação com o Clube no momento, restando apenas dois credores remanescentes, dentre os poucos que o foram no passado e já receberam os seus créditos. O FMI informou que houve uma desaceleração na economia, que a inflação baixou em 2009, que as reservas do país são suficientes para cobrir seis meses de importação e que, em 2008, a dívida pública correspondia a menos de 19% do PIB e a dívida externa a menos de 11%, estando prevista, para a segunda metade de outubro, uma visita de uma equipe do Fundo, no âmbito do *Article IV Consultation*. O Banco Mundial informou que o relacionamento com o Suriname é muito modesto e que, na realidade, o Banco está tentando incluir o

Suriname nos seus estudos sobre os países caribenhos, enquanto, por seu lado, o país tem requisitado, recentemente, informações sobre as atividades do Banco. Os Estados Unidos invocaram um *Working Paper*, de fevereiro de 2008, tratando de diretrizes gerais para com países afastados do Clube que o Brasil estaria infringindo. O Secretariado lembrou que, na última discussão sobre as dívidas do Suriname, em 2007, havia um consenso sobre ações coordenadas multilateralmente para que a comparabilidade e a solidariedade entre os credores fossem mantidas. Contudo, diante de um país sem nenhuma perspectiva de renegociação, a análise deve ser feita numa base caso a caso e solicitou ao Brasil que se manifestasse acerca dos comentários feitos pelos Estados Unidos. O Brasil informou que ofereceu ao Suriname duas opções para resolver a sua dívida. A primeira opção incluía, dentre outros termos, um reescalonamento em 11 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento para uma data futura, a ser estabelecida para até seis meses após a aprovação do Senado Federal brasileiro; nesta opção estaria incluído um perdão dos juros de mora; além disso, uma inovação introduzida foi o fato desse perdão dos juros de mora estar distribuído nas cinco últimas prestações e sujeito à *performance* das primeiras seis. A segunda opção englobava: um pagamento total, a ser efetuado pelo Suriname, até o dia 31 de agosto do presente ano, mediante perdão adicional. O Suriname escolheu a segunda, transferindo fundos para uma *Escrow Account*. Caso esse tratamento seja aprovado, o Suriname será beneficiado com um perdão de 38%.

### *Tour d'Horizon - 18.11.2009*

Os seguintes devedores do Brasil constaram da pauta conforme relato a seguir:

- (a) **República Democrática do Congo**: Considerou-se que as questões técnicas relacionadas ao Acordo com a China foram esclarecidas e que os credores deveriam fornecer *financing assurances* naquela Sessão.
- (b) **Congo – Brazzaville**: O representante do FMI disse não dispor de informações claras acerca dos montantes realmente pagos pelo Congo no litígio com os *Vulture Funds*, uma vez que as autoridades congoleesas não podem quebrar a cláusula de confidencialidade. Ponderou, contudo, que a falta de tal informação não compromete o relacionamento do país com o Fundo, nem coloca em risco o Programa vigente. A República do Congo apresentou um bom progresso se preparando para o *completion point*, sendo que se espera que três das medidas estabelecidas pelas normas da Iniciativa HIPC sejam completadas dentro das próximas semanas, sendo elas: medidas anticorrupção, gerenciamento do comércio de petróleo e o novo código de contratação.

### **6.3. Negociações Bilaterais:**

- (a) **Reuniões em Praia (Cabo Verde), no Ministério das Finanças (26 a 29.01.2009)**. Rodada de reuniões no intuito de encontrar uma solução para a dívida de Cabo Verde para com o Brasil que é de aproximadamente US\$ 3,8 milhões, pendentes de pagamento desde abril de 2000, quando o país interrompeu o último fluxo de pagamentos acordado.
- (b) **Reunião em Paramaribo (Suriname), no Banco Central (26 a 29.04.2009)** com a finalidade de concluir negociações bilaterais para a renegociação da dívida do Suriname para com o Brasil.
- (c) **Reunião em Brasília (DF), no Ministério da Fazenda (05.05.2009)**, com a Ministra das Finanças de Cabo Verde, Sra. Cristina Duarte, para tratar da renegociação da dívida de Cabo Verde para como Brasil.

- (d) **Reunião em Dar Es-Salaam (Tanzânia), no Ministério das Finanças (25 a 29.05.2009)** para tratar da reconciliação da dívida da Tanzânia e se reunir com investidores interessados em conversão de dívidas em projetos de investimento local.

#### **6.4 Reuniões do COMACE**

Ao longo de 2009, realizou-se uma reunião ordinária do COMACE, em 24.05.2009, detalhada a seguir:

##### **Módulo I – Assuntos Gerais**

- **COMACE – Base Legal**

**Decisão:** O Comitê aprovou a criação de GT, a ser coordenado pela Secretaria-Executiva do COMACE, para avaliar a base legal que trata do Comitê e propor uma nova minuta de Regimento Interno.

- **OUTROS ASSUNTOS: Guiné Bissau**

**Decisão:** O Comitê recomendou à Secretaria-Executiva que incluísse o tema na agenda o mais rapidamente possível. Houve consenso quanto à inserção das razões e vantagens relacionados aos tratamentos analisados.

##### **Módulo II – Negociações em Andamento - Países:**

**Cabo Verde:** proposta para tratamento da dívida

**Decisão:** O Comitê aprovou a proposta a ser encaminhada a Cabo Verde que, caso aprovada por aquele país, será submetida ao Senado Federal brasileiro, para aprovação.

**Suriname:** proposta para tratamento da dívida

**Decisão:** O Comitê aprovou a estrutura de renegociação, bem como o encaminhamento da operação, após sua aprovação pelo Governo do Suriname, ao Senado Federal. Foi recomendado ao Banco do Brasil que adote as providências necessárias à abertura de uma *escrow account* para recebimento dos pagamentos feitos pelo Suriname, enquanto o contrato não for avaliado pelo Senado Federal. A referida *escrow account* deverá conter cláusula, a ser negociada com o Suriname, no sentido de que, caso o Senado não aprove o referido contrato, as partes voltarão a se reunir, com vistas a definir a forma de aplicação dos valores depositados na *escrow account*, acrescidos da sua remuneração, na dívida oriunda do contrato que estiver em vigor.

#### **7. Reuniões Diversas:**

- (a) **Reunião com a PGFN** para concluir análise da renegociação com a Bolívia. (20.03.2009)
- (b) **Reunião Técnica do COMACE** sobre as propostas a serem apresentadas ao Suriname e Cabo Verde. (24.04.2009)

- (c) **Reunião Técnica do COMACE** sobre os pontos principais a serem decididos na Reunião Ordinária agendada para 21.05.2009: renegociações em andamento com Cabo Verde e Suriname (19.05.2009)
- (d) **Reunião prévia da COMACE**, no Gabinete do Secretário (21.05.2009)
- (e) **Reunião com representante da Andrade Gutierrez** sobre o andamento da renegociação com a República do Congo (03.06.2009)
- (f) **Reunião Técnica com o Banco do Brasil S.A.** sobre a abertura de *Escrow Account* para abrigar os pagamentos do Suriname ao Brasil até aprovação do Senado Federal do Contrato de Bilateral para a Renegociação da Dívida (11.08.2009)
- (g) **Reunião no MRE** tendo em vista a Comissão Mista Brasil-Congo sobre a situação da dívida da República do Congo (30.10.2009)
- (h) **Reunião Técnica com o Banco do Brasil S.A.** para reconciliação da dívida da Tanzânia para com o Brasil (04.11.2009)
- (i) **Conference Call** para tratar de questões técnicas relacionadas com a Análise da Capacidade de Pagamento da República Democrática do Congo, elaborada pelo FMI, a fim de dar início a mais uma etapa da renegociação da sua dívida para com os credores no Clube de Paris (13.11.2009)
- (j) **Reunião com representantes do MRE e STN** para avaliar a possibilidade de perdão ampliado para a dívida da Guiné-Bissau, tendo em vista a vinda do Presidente do país ao Brasil, agendada para o dia 07.12.2009 (30.11.2009)
- (k) **Reunião na PGFN** para revisão do processo de renegociação da dívida do Congo referente aos anos de 1994 e 1996 (04.12.2009)
- (l) **Reunião no Gabinete do Secretário** sobre os casos em avaliação no COMACE (09.12.2009)

## **8. Outras Atividades:**

### **8.1 Correspondências e Notas Técnicas**

- (a) Em 09.02.2009, memorando encaminhado à ABC sobre Projeto de Cooperação Técnica com Cabo Verde no Mercado de Títulos da Dívida Pública;
- (b) Em 27.02.2009, fax encaminhado ao MRE sugerindo resposta à proposta de renegociação de dívida apresentada pelo Suriname;
- (c) Em 27.02.2009, fax encaminhado ao MRE sugerindo resposta à proposta de renegociação da dívida apresentada por Cabo Verde;
- (d) Em 05.10.2009, memorando ao Gabinete do Ministro em resposta ao Requerimento 28/2009, da CPI da Dívida Pública;

- (e) Em 21.12.2009, memorando ao Gabinete do Ministro, solicitando o encaminhamento da tradução do *Depositary and Escrow Agreement* feita por esta SAIN ao Senado Federal.

## **8.2 Requerimento de Informação**

Memorando nº 597/2009-COMACE/SE/MF, de 01.10.2009 – resposta ao Memo. nº 1872/2009/AAP/MF. CPI Dívida Pública – Requerimento nº 28/2009, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, sobre créditos brasileiros devidos por países estrangeiros.

## **8.3 Consultas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

- (a) Em 19.08.2009, memorando encaminhando documentação solicitando Autorização para assinatura do *Depositary and Escrow Agreement*
- (b) Em 19.08.2009, memorando encaminhando as Informações da Resolução 50 ao Senado Federal
- (c) Em 02.12.2009, memorando encaminhando documentação referente ao processo de renegociação da dívida do Suriname para a PGFN
- (d) Em 02.12.2009, memorando de consulta referente ao Processo de Reescalamento da dívida da República Democrática do Congo
- (e) Em 24.12.2009, memorando encaminhando Reconstituição do Processo de Reescalamento da Dívida da República do Congo

## **8.4 Outros Assuntos**

Fornecimento de informações relativas ao COMACE para compor a Mensagem Presidencial do Exercício de 2009 – Dezembro de 2009.

## **8.5 Minutas Elaboradas:**

- (a) "*Depositary and Escrow Agreement*" assinado com o Banco Central do Suriname para o pagamento imediato do valor em renegociação até aprovação do Senado Federal da Minuta do Contrato bilateral para renegociação da dívida.
- (b) Contrato Bilateral para a Renegociação da Dívida da República do Suriname – PROEX
- (c) Contrato Bilateral para a Renegociação da Dívida da República do Suriname – IRB

## **8.6 Traduções Efetuadas:**

- (a) Ata de Entendimentos com o Suriname – abril 2009 – tradução para arquivos SAIN e encaminhamento ao Senado Federal
- (b) Ata de Entendimentos com a Tanzânia - maio 2009 - tradução para arquivos SAIN e encaminhamento ao Senado Federal

- (c) Contrato Bilateral para a Renegociação da dívida da República do Suriname – PROEX – novembro 2009 - tradução encaminhada ao Senado Federal para aprovação
- (d) Contrato Bilateral para a Renegociação da Dívida da República do Suriname – IRB – novembro 2009 - tradução encaminhada ao Senado Federal para aprovação
- (e) *Depositary And Escrow Agreement* – dezembro 2009 - tradução encaminhada ao Senado Federal para aprovação

## **9. Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX**

A Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, reorganizada pelo Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, tem por finalidade:

- a) identificar, examinar e avaliar pleitos de apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável), com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e
- b) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações de projetos ou programas.

### **9.1 Composição**

A COFIEX é composta pelos seguintes membros:

- (i) Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o Presidente da Comissão;
- (ii) Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é o Secretário-Executivo da Comissão;
- (iii) Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (iv) Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (v) Chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- (vi) Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Ministério das Relações Exteriores;
- (vii) Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;
- (viii) Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda;
- (ix) Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; e
- (x) Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil.

### **9.2 Grupo Técnico da COFIEX – GTEC**

Faz parte da COFIEX o grupo de trabalho permanente denominado Grupo Técnico da COFIEX - GTEC, composto por representantes indicados por seus membros, com o objetivo de examinar os pleitos de que tratam as alíneas “a” e “b” acima mencionadas, assessorando a COFIEX no desempenho de suas funções.

### **9.3 Natureza das reuniões da COFIEX e do GTEC**

A SAIN, por intermédio da Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros – COAFI, participa das reuniões da COFIEX e do GTEC, indicadas a seguir, fazendo análise prévia de toda a documentação a ser examinada em cada reunião, com o objetivo de prestar apoio técnico à Comissão e ao Grupo Técnico e de prover informações ao Secretário de Assuntos Internacionais.

- (a) COFIEX: Reuniões Ordinárias/Extraordinárias - onde são avaliados e decididos os pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas;
- (b) GTEC: Reuniões Ordinárias/Extraordinárias - onde são examinados, avaliados e decididos os pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas e reformulações de projetos ou programas;
- (c) GTEC: Reuniões de Apresentação de Cartas-Consulta - onde são examinados e previamente avaliados os pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à avaliação final e decisão da COFIEX quanto à preparação de projetos ou programas de entidades públicas; e
- (d) GTEC: Reuniões para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEX - onde é avaliada a conveniência, ou não, de inclusão, nas Agendas de Reuniões da Comissão, dos pleitos de apoio externo de natureza financeira, com vistas à preparação de projetos ou programas de entidades públicas.

### **9.4 Número de reuniões da COFIEX e do GTEC em 2009**

No exercício de 2009 foram realizadas 5 (cinco) reuniões da COFIEX (82<sup>a</sup> a 86<sup>a</sup>) e 94 (noventa e quatro) reuniões do GTEC, sendo: 5 (cinco) para Análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEX; 15 (quinze) Reuniões Ordinárias/Extraordinárias (179<sup>a</sup> a 193<sup>a</sup>); e 74 (setenta e quatro) reuniões referentes a exame e avaliação de Cartas-Consulta. A SAIN participou de todas as reuniões da COFIEX, mas somente pôde participar de 79 (setenta e nove) reuniões do GTEC, tendo em vista que os representantes (titular e suplente) da SAIN naquele Grupo estavam envolvidos no atendimento de demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, transferidos do IRB - Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das respectivas atribuições.

### **9.5 Consultas extraordinárias aos membros da COFIEX**

Em atendimento a solicitações da Secretaria-Executiva da COFIEX, a SAIN se manifesta, por escrito, sobre consultas extraordinárias efetuadas aos membros da Comissão, referentes à preparação de projetos ou programas de entidades públicas com apoio externo de natureza financeira. Em 2009 foram realizadas, e respondidas pela SAIN, 9 (nove) consultas extraordinárias aos membros da COFIEX.

### **2.2.5 Coordenação-Geral de Integração Comercial - COINT**

A Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) tem como competência, entre outros assuntos, representar a Secretaria de Assuntos Internacionais nos fóruns interministeriais e

internacionais encarregados de discutir temas relacionados a acesso a mercados em bens (agrícolas e não-agrícolas), com destaque para:

- i) Alterações tarifárias (Imposto de Importação e Imposto de Exportação);
- ii) Facilitação de comércio e barreiras não-tarifárias;
- iii) Temas de política comercial, relativos à participação do Brasil no Mercosul; e
- iv) Temas financeiros e de coordenação macroeconômica, relativos à participação do País no Mercosul.

Essas áreas se subdividem em diversos assuntos de natureza mais específica, os quais podem ser recorrentes ou *ad hoc* e geralmente são discutidos em fóruns nacionais (interministeriais) vinculados à Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) ou em fóruns internacionais vinculados ao Mercosul ou à Organização Mundial do Comércio, estes últimos com coordenação do MRE. Esse trabalho envolve principalmente a participação em reuniões técnicas e a elaboração de notas e pareceres. A seguir, apresentamos uma descrição sumária desses fóruns:

## **1. Fóruns Nacionais**

### **1.1 CAMEX - GECEX**

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Comitê Executivo de Gestão – GECEX e o Conselho de Ministros suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT) assessora o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nesses fóruns. Em 2009, a fim de subsidiar a participação dos representantes do Ministério da Fazenda, foram elaboradas, em conjunto com a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais, 8 (oito) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX e 7 (sete) para as reuniões do GECEX.

### **1.2 GTI Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum**

Pelas normas do Mercosul, o Brasil pode manter uma lista de até 100 (cem) produtos com alíquotas definidas à revelia da Tarifa Externa Comum do bloco (TEC) – a chamada Lista de Exceções à TEC. Cada Estado-Parte tem direito a uma Lista de Exceções, porém a quantidade de produtos de cada um varia (Paraguai e Uruguai têm direito a listas maiores). Inicialmente pensadas como um mecanismo que permitisse uma adaptação de produtos sensíveis em relação à TEC, as Listas de Exceções deveriam ter sido extintas em 2000, mas vêm sendo sucessivamente prorrogadas e, de acordo com decisão recente do Conselho do Mercado Comum, deverão vigorar até 2011 para Brasil e Argentina e até 2015 para Paraguai e Uruguai.

A Lista de Exceções brasileira é atualizada a cada seis meses e, a cada atualização, até 20% de seus itens podem ser substituídos. Atualmente, constam da Lista brasileira diversos

medicamentos, fertilizantes, defensivos agrícolas, alguns tipos de aço - todos com alíquotas reduzidas - e vários produtos agropecuários (como leite, queijo, vinho e arroz) com alíquotas aumentadas.

Em 2009, assim como nos anos anteriores, a SAIN/MF teve participação ativa em ambas as revisões semestrais da Lista de Exceções, atuando nas discussões interministeriais que culminaram nas Resoluções CAMEX nºs 16, 28, 29, 37 e 47.

### 1.3 Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC Nº 69/00

A Resolução do Grupo Mercado Comum do Mercosul nº 69/00 estabelece que, em casos de desabastecimento excepcional e temporário, o Estado Parte afetado pode solicitar aos demais sócios do Mercosul uma redução temporária da alíquota do imposto de importação para o produto em falta. Essa redução tarifária pode ser a 2% ou a 0%, tem duração máxima de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, e é autorizada apenas para uma determinada quota. As solicitações são apresentadas no Mercosul e dependem da aprovação dos demais Estados Partes. Internamente, os pleitos são analisados pelo Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução nº 69/00 (GTAR-69), cuja Secretaria-Executiva é exercida pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Em 2009, a COINT analisou, juntamente com a Secretaria-Executiva do GTAR-69 e com os demais órgãos representados naquele grupo, um total de 33 (trinta e três) pleitos, conforme quadro a seguir:

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado	Diploma legal brasileiro (Res. Camex)
7208.51.00	Chapas de aço corrosão	Brasil	ABITAM	deferido	Res. CAMEX nº 25 de 29/4/2009 D.O.U. 30/4/2009
1513.29.10	Óleo de palmiste	Brasil	OXITENO	deferido	Res. CAMEX nº 25 de 29/4/2009 D.O.U. 30/4/2009
4016.94.00	Defensas pneumáticas	Brasil	Estaleiro Atlântico Sul	deferido	Res. CAMEX nº 32 de 09/06/2009 D.O.U 18/06/2009
4016.94.00	Defensas AOV	Brasil	Estaleiro Atlântico Sul	<b>indeferido</b>	--
0303.71.00	Sardinha	Brasil	CONEPE	deferido	Res. CAMEX nº 32 de 09/06/2009 D.O.U 18/06/2009
2915.32.00	Acetato de vinila	Brasil	ABRAFAS E ABRAFATI	deferido	Resolução nº 50, de 09/09/2009, publicada no D.O.U. de 10/09/2009
5310.10.10	Aniagem de juta	Argentina	CFBA	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
7607.11.90	Folha de alumínio liso para capacitores	Argentina	Leyden S.A.I.C. Y.F	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado	Diploma legal brasileiro (Res. Camex)
7212.40.10	Folha de flandres válvulas	Argentina	Válvulas Precisión Argentina S. A. C. I	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
4810.13.90	Papel couchê	Brasil	AmBev	deferido	Res. CAMEX nº 75, de 23/11/2009 D.O.U. de 24/11/2009
9010.50.90	Processadores de chapas de fotopolímeros	Argentina	FAIGA	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
4811.59.30	Papel do tipo wet strength	Argentina	FAIGA	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
3921.13.90	Papel do tipo wet strength	Argentina	FAIGA	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
4016.93.00	Borrachas de vedação	Brasil	Estaleiro Atlântico Sul	deferido	Ainda em análise na CCM
2933.71.00	Caprolactama	Brasil	Mazzaferro e ABRAFAS	deferido	Res. CAMEX nº 75, de 23/11/2009 D.O.U. de 24/11/2009
3817.00.10	LAB	Brasil	Deten Química S. A.	Retirado pelo pleiteante	—
5303.10.10	Fibra de Juta	Brasil	ABIT	Retirado pelo pleiteante	—
8425.42.00	Macaco de elevação	Brasil	Estaleiro Atlântico Sul	deferido	Res. CAMEX nº 75, de 23/11/2009 D.O.U. de 24/11/2009
1513.21.10	Óleo de palmiste bruto	Brasil	ABIQUIM, ABIHPEC e OLEOQUÍMICA	Retirado pelo pleiteante	—
2917.36.00	PTA	Brasil	Terphane	deferido	Res. CAMEX nº 75, de 23/11/2009 D.O.U. de 24/11/2009
			WEG Indústrias		
			GRUPPO MOSSI & GHISOLFI		
2833.11.10	Sulfato de sódio anidro	Brasil	ABIPLA	deferido	Res. CAMEX nº 60, de 28/10/2009 D.O.U. de 29/10/2009
2835.31.90	Tripolifosfato de sódio	Brasil	ABIPLA	deferido	Res. CAMEX nº 59, de 20/10/2009 D.O.U. 21/10/2009
7225.40.90	Chapa cromo-molibdênio	Brasil	Sindmec	<b>indeferido</b>	—
7210.90.00	Chapa cladeada laminada	Brasil	Sindmec	<b>indeferido</b>	—
7208.52.00	Chapa de aço carbono	Brasil	Sindmec	<b>indeferido</b>	—

NCM	Descrição	País de origem	Pleiteante	Resultado	Diploma legal brasileiro (Res. Camex)
7208.51.00	Chapa grossa de aço carbono	Brasil	Sindmec	<b>indeferido</b>	—
7410.21.10	Folhas e fios de cobre para circuitos internos	Argentina	Ernesto Mayer S.A.	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
7217.30.10	Arames para pneumáticos	Argentina	Cámara de la industria del Neumático	<b>indeferido</b>	—
2933.71.00	Caprolactama	Argentina	Cámara de la industria química y petroquímica	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
2917.36.00	PTA	Argentina	DAK Americas Argentina S.A.	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
1513.21.10	Óleo de palmiste Bruto	Argentina	ALPHA Asociación Industrial	deferido	Os pleitos da Argentina não são objeto de resolução CAMEX
8545.19.90	Blocos Catódicos	Brasil	ABAL	deferido	Ainda em análise na CCM
2826.12.00	Fluoreto de Alumínio	Brasil	ABAL	deferido	Ainda em análise na CCM

## 2. Fóruns Internacionais

### 2.1 Mercado Comum do Sul – Mercosul

Em 2009, a COINT participou, no âmbito do Mercosul, do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT-1), da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), do Grupo Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC), do Grupo de Especialistas *Ad-Hoc* do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (GAHE-FOCEM) e do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul.

#### 2.1.1 Comitê Técnico nº. 01 (Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias)

É no âmbito do Comitê Técnico nº 01 do Mercosul que são analisadas as solicitações - oriundas do governo ou do setor privado - para modificações de descrições e alíquotas da TEC em caráter permanente. A SAIN, por meio da COINT, participa das reuniões preparatórias no âmbito da Seção Nacional do CT-1 (são reuniões interministeriais onde se decide a posição do Governo brasileiro a respeito dos pleitos de alteração na TEC) e nas reuniões do próprio Comitê (onde as delegações dos Estados Partes do Mercosul deliberam sobre esses pleitos). A COINT participou de 3 (três) das 4 (quatro) reuniões plenárias do Comitê havidas ao longo de 2009, mas participou das quatro reuniões preparatórias da Seção Nacional do CT-1. No total, cerca de 28 (vinte e oito) pleitos de modificação tarifária foram analisados, havendo a SAIN se posicionado a respeito de cada um deles por meio de Notas Técnicas.

### **2.1.2 Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)**

A SAIN participou de 5 (cinco) Reuniões Ordinárias da CCM ao longo de 2009. Nesse fórum, a SAIN participou de diversos temas, com destaque para a administração da Tarifa Externa Comum, a discussão de Regimes Especiais de Importação, a regulamentação da Decisão CMC 54/2004, que trata da Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Distribuição da Renda Aduaneira, e a análise de estudos financiados pelo BID sobre temas *ad-hoc* de interesse do Mercosul.

### **2.1.3 Grupo Mercado Comum (GMC)**

Em 2009, a COINT participou de 3 (três) Reuniões Ordinárias do GMC. Neste grupo, a atuação concentrou-se no acompanhamento dos temas em discussão no âmbito da CCM, que foram elevados ao GMC para aprovação em nível político. Foram discutidas ainda estratégias para as negociações externas do bloco, a implementação da Decisão 54/04 sobre eliminação da cobrança da TEC e a política comercial comum.

### **2.1.4 Conselho do Mercado Comum (CMC)**

Em 2009, foram realizadas 2 (duas) Reuniões Ordinárias do CMC, nas cidades de Assunção (Paraguai) e de Montevideu (Uruguai). Nesse âmbito, a COINT atuou no fornecimento de aportes técnicos para a atuação do Secretário de Assuntos Internacionais e do Ministro da Fazenda.

### **2.1.5 Negociações Externas do Mercosul**

Nos últimos anos, o Mercosul tem ampliado consideravelmente seu leque de frentes negociadoras com vistas a acordos comerciais bilaterais ou bi-regionais. A SAIN/MF tem procurado participar ativamente das reuniões interministeriais de coordenação dessas negociações, encaminhando técnicos para as discussões, elaborando relatórios e subsidiando o MRE com comentários aos textos em negociação. Em 2009, em virtude de limitações de ordem orçamentária, a SAIN optou por nem sempre encaminhar técnicos às reuniões de negociação que foram realizadas no exterior, mas sempre participando das reuniões de coordenação ocorridas em Brasília. No entanto, mesmo quando as reuniões foram realizadas no exterior, a Secretaria manteve estreita interlocução com o MRE, de forma a participar do processo decisório dessas negociações em nome do MF.

Dentre os principais destaques da agenda externa do Mercosul em 2009, podemos citar:

- (a) Entrada em vigor do Acordo Mercosul-Índia (01/06/2009)
- (b) Conclusão do processo de assinaturas do Acordo Mercosul - South African Customs Union (03/04/2009)
- (c) Aprovação do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel pela Comissão Especial da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (comissão mista do Congresso Nacional).

- (d) Retomada dos contatos Mercosul-União Européia.
- (e) Início dos contatos para um Acordo de Livre Comércio Brasil - México.

As negociações a seguir relacionadas também estão em curso e estão sendo acompanhadas pela COINT:

**Mercosul – Índia**

Tipo de Acordo: Acordo de preferências tarifárias

Abrangência: Comércio de bens

Estágio Atual: Em negociação para aprofundamento (tratativas preliminares)

**Mercosul – Egito**

Tipo de Acordo: Acordo de livre comércio

Abrangência: Comércio de bens

Estágio Atual: Em negociação (tratativas preliminares)

**Mercosul – Marrocos**

Tipo de Acordo: Acordo de preferências tarifárias

Abrangência: Comércio de bens

Estágio Atual: Em negociação (tratativas preliminares)

**Mercosul – Turquia**

Tipo de Acordo: Acordo de livre comércio

Abrangência: Comércio de bens

Estágio Atual: Em negociação (tratativas preliminares)

**Mercosul - Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)**

Tipo de Acordo: Acordo de livre comércio

Abrangência: Comércio de bens, serviços e investimentos

Estágio Atual: Em negociação informal (paralisada formalmente desde 2007)

**2.1.6 Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)**

A COINT representou o Ministério da Fazenda em 2 (duas) reuniões ordinárias do Grupo de Especialistas *Ad Hoc* do FOCEM (GAHE-FOCEM), onde são analisadas as operações que contam com financiamento do Fundo multilateral em projetos para redução de assimetrias estruturais no bloco. O Fundo é composto por desembolsos dos 4 (quatro) países, em diferentes proporções referidas à participação no PIB da região. As doações do FOCEM se direcionam exclusivamente a projetos realizados por entidades públicas, voltadas a programas pré-definidos pelo Regulamento do Fundo.

Também em 2009, por conta do início do processo de revisão do Regulamento do FOCEM, a SAIN participou de 6 (seis) reuniões do grupo *ad hoc* convocado para esse fim pela Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM).

**2.1.7 Grupo de Monitoramento Macroeconômico do Mercosul (GMM)**

A COINT representou a SAIN em 4 (quatro) reuniões do GMM, 2 (duas) realizadas em Assunção e 2 (duas) realizadas em Montevideu, em parceria com a STN e o BCB. O GMM

trabalha para a produção e divulgação de indicadores macroeconômicos harmonizados entre os países do Mercosul e Estados associados, e é formado por representantes de Ministérios da Economia/Fazenda e de Bancos Centrais e está ligado à Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul (RMEPBC), no âmbito do CMC, para a qual a SAIN prestou assessoramento em suas 2 (duas) reuniões realizadas em 2009.

### **2.1.8 Fundo de Garantias a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul**

A COINT representou o Ministério da Fazenda no Grupo Ad-Hoc para elaboração do Estatuto do Sistema de Garantias a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul, criado para definir as linhas gerais que nortearão o Regulamento do Fundo que concederá garantias a PMEs do Mercosul. Para dar início ao trabalho de elaboração deste Regulamento, a ser completado em 2010, foram realizadas 2 (duas) reuniões, sendo a primeira delas em Assunção e a segunda em Montevidéu.

### **2.1.9 Organização Mundial do Comércio - OMC**

O ano de 2009 foi marcado pela continuidade do impasse das negociações da Rodada Doha. A COINT tem participado do processo negociador interno (no Brasil) no Grupo de Acesso a Mercados para Produtos Não-Agrícolas - NAMA. Para tanto, participou de reuniões governamentais no Brasil para a coordenação interna sobre a posição brasileira.

### **2.2.6 Coordenação-Geral de Políticas Comerciais - COPOL**

A Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) tem como competência, entre outros assuntos, acompanhar e coordenar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as matérias relacionadas a:

- subsídios;
- medidas de defesa comercial (*antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas);
- comércio internacional de serviços;
- investimentos nas negociações internacionais;
- compras governamentais e
- propriedade intelectual.

Além da assessoria prestada ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Ministro da Fazenda, os trabalhos da Coordenação-Geral de Políticas Comerciais incluem a elaboração de Notas e Pareceres e a participação em reuniões técnicas no âmbito do governo brasileiro, do Mercosul, da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros foros.

## **Temas Desenvolvidos**

### **1. CAMEX – Conselho de Ministros e GECEX**

A Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, do Conselho de Governo, tem por objetivo a formulação, a adoção, a implementação e a coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior de bens e serviços, incluindo o turismo.

A CAMEX é formada por diversos comitês, sendo o Conselho de Ministros e o Comitê

Executivo de Gestão - GECEX suas instâncias mais elevadas. A Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL) assessora o Secretário de Assuntos Internacionais e o Ministro da Fazenda nas matérias de sua competência. A fim de subsidiá-los, a COPOL participou da elaboração de 8 (oito) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX e de 7 (sete) para as reuniões do GECEX<sup>1</sup>.

## **2. Defesa Comercial**

### **2.1 CAMEX: Processos administrativos de Defesa Comercial**

No âmbito da CAMEX, a COPOL participa do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC), no qual são discutidas propostas de aplicação de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguardas.

No ano de 2009, a COPOL analisou 15 (quinze) processos de defesa comercial, além de 13 (treze) recursos administrativos interpostos em desfavor de decisões da CAMEX. Para tanto, participou de 12 (doze) reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC).

A quantificação dos casos acompanhados pela COPOL em 2009 demonstrou ter se mantido no mesmo patamar de 2008, quando também foram analisados 15 (quinze) casos.

### **2.2 Mercado Comum do Sul - Mercosul**

O comitê técnico responsável pelos assuntos de Defesa Comercial no Mercosul é o Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS). O grupo vinha trabalhando na confecção de regulamentos comuns de defesa comercial para os países do bloco. A SAIN participou ativamente desses trabalhos até 2006, quando as atividades do grupo foram interrompidas. Nos anos de 2007, 2008 e 2009, o Comitê não se reuniu.

Assim, em 2009, os trabalhos da COPOL em relação ao Mercosul concentraram-se na apresentação de subsídios para a participação do Ministério da Fazenda nas reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), do Grupo do Mercado Comum (GMC) e do Conselho do Mercado Comum (CMC).

### **2.3 Organização Mundial do Comércio - OMC**

O Grupo Negociador de Regras (GNR) é o fórum responsável, no âmbito da OMC, pela negociação de disciplinas adicionais sobre medidas *antidumping* e subsídios (incluindo os subsídios à pesca).

As deliberações no âmbito do Grupo Negociador de Regras (GNR) são particularmente importantes para a SAIN, pois afetam diretamente a sistemática da análise e decisão dos processos de defesa comercial levadas a cabo pelo governo brasileiro por meio da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), da qual o Ministério da Fazenda é componente. Sendo a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN) o órgão responsável no Ministério da Fazenda pelos assuntos de defesa comercial, as negociações do GNR têm impacto direto nas atividades de sua competência.

---

1 Em conjunto com as demais áreas da Secretaria.

Ademais, o aprimoramento das disciplinas sobre *antidumping* e subsídios revela-se importante para garantir que eventuais ganhos em acesso a mercados nas negociações do NAMA e Agricultura não sejam corroídos por práticas protecionistas em *antidumping*, subsídios e medidas compensatórias.

Em 2007, houve divulgação do primeiro anteprojeto do texto de Regras (*draft*) por parte do presidente do Grupo (*chairman*). No texto, o presidente procurou consolidar os posicionamentos das diferentes delegações ao longo de todo o processo negociador, de maneira a chegar a um documento que pudesse representar um ponto de partida equilibrado para um futuro acordo, facilitando, portanto, o fechamento da Rodada. As reações das delegações, no entanto, foram extremamente críticas ao texto apresentado, com afirmações recorrentes de que ele não seria um documento equilibrado ensejador de negociações futuras efetivas.

A SAIN participou de reuniões que antecederam a divulgação do texto final do acordo aportando sugestões, estudos e críticas diversas, tanto nos encontros nacionais de coordenação, como na própria OMC.

Em 2008, a Secretaria participou de apenas uma reunião do GNR, uma vez que no segundo semestre daquele ano, as negociações da Rodada Doha vivenciaram um impasse, o que fez que não houvesse novas reuniões do GNR nesse período. A COPOL, porém, continuou a participar de reuniões internas de coordenação sobre o GNR no Brasil.

Já no ano de 2009, verificou-se uma retomada dos trabalhos do GNR, tendo a SAIN participado de 3 (três) reuniões do Grupo. A maior participação da Secretaria deveu-se à discussão de temas de natureza fazendária, em especial na área de subsídios.

### **3. Serviços**

Em 2009, as negociações internacionais de serviços envolveram três áreas de atuação: bilateral (negociações MERCOSUL-Colômbia); intra-Mercosul (Grupo de Serviços) e multilateral (Cluster de Serviços da OMC – Rodada Doha).

#### **3.1 OMC – Serviços**

A SAIN, por meio da Coordenação-Geral de Políticas Comerciais, participa das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC representando o Ministério da Fazenda no “*Cluster*” de Serviços. O “*Cluster*” ou conjunto de reuniões de serviços refere-se a uma etapa das negociações sobre o comércio internacional de serviços da Rodada Doha. Esse processo negociador visa aprofundar os compromissos multilaterais e melhorar as condições de acesso aos mercados dos países-membros da OMC.

A COPOL participa dessa negociação e contribui com as posições deste Ministério nas diversas reuniões temáticas deste segmento do processo negociador, sobretudo na área de serviços financeiros e regulamentação doméstica (este último, mandato anterior à atual Rodada). Em 2009, as negociações de Acesso não apresentaram uma evolução positiva, sobretudo em função da falta avanço em outras áreas centrais da Rodada, como a de agricultura e a de bens industriais. Por outro lado, os trabalhos sobre regulamentação doméstica têm avançado gradualmente e há perspectivas positivas para 2010 nesse tema.

A SAIN participou de dois conjuntos de reuniões sobre Serviços na OMC neste último ano, com vistas a avançar nos temas em pauta.

### **3.2 Negociações Bilaterais**

As negociações comerciais na área de Serviços seguem as iniciativas do Mercosul. Uma frente negociadora bilateral esteve ativa durante 2009: as negociações Mercosul-Colômbia sobre comércio de serviços.

A primeira reunião entre os representantes de Mercosul e Colômbia ocorreu em abril de 2009, ocasião em que se aprovou documento de métodos e modalidades para a negociação de um protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59) que disponha sobre a liberalização do comércio de serviços entre as duas partes. No total foram realizadas quatro reuniões com as contrapartes colombianas em 2009, todas elas com participação de representantes da SAIN. A negociação se encontra em andamento atualmente. As partes estão discutindo os termos do texto que dará origem ao referido protocolo, incluindo anexos setoriais específicos: serviços financeiros, telecomunicações e modo 4. Ademais, já foram intercambiadas listas iniciais de ofertas de compromissos específicos de liberalização do comércio de serviços das partes.

### **3.3 Grupo de Serviços do Mercosul**

Em 2009, a SAIN participou ativamente das três reuniões do Grupo de Serviços do Mercosul. A agenda do Grupo se concentrou nos seguintes itens:

- A elaboração de um Plano de Ação para completar o Programa de Liberalização do Comércio de Serviços Intrazona, conforme estabelecido no Protocolo de Montevideu (Decisão 13/97 do Conselho do Mercado Comum). Em sua última reunião do ano, o Grupo aprovou projeto de Decisão com o referido plano de ação e o elevou ao Grupo Mercado Comum para consideração;
- A definição de setores ou temas prioritários a serem objeto de acordos-quadro específicos, com o intuito de aprofundar a integração do comércio de serviços do bloco. Em sua última reunião, o Grupo de Serviços aprovou proposta brasileira de projeto de Resolução relativa a Princípios Orientadores para os Acordos-Quadro Setoriais e Temáticos Sobre Serviços e a elevou ao Grupo Mercado Comum para sua consideração;
- A VII Rodada de liberalização do comércio de serviços do Mercosul, conforme estabelecido na Resolução 16/07 do Grupo Mercado Comum. Houve troca de pedidos e ofertas entre os sócios, mas a Rodada não pôde ser concluída, dada a insatisfação de alguns países com as ofertas apresentadas.

Os dois primeiros itens seguem em discussão no âmbito do Grupo. Quanto ao terceiro item, a VII Rodada de liberalização foi concluída pelos sócios do Mercosul em reunião extraordinária realizada em dezembro de 2009. As partes firmaram compromissos adicionais de liberalização, que deverão ser enviados aos seus respectivos Poderes Legislativos para ratificação.

## **4. Investimentos**

### **a) Acordos Internacionais de Investimentos**

No último ano, a COPOL participou ativamente da iniciativa de negociação Mercosul-Chile sobre o tema de investimentos. Esta Secretaria, em trabalho conjunto com MRE e MDIC,

esteve à frente da preparação do documento de métodos e modalidades negociado no âmbito do bloco e apresentado aos chilenos. O Chile, em resposta, apresentou uma série de questões sobre a proposta do Mercosul. O tema, contudo, não evoluiu por restrição de um dos governos do bloco.

Face à falta de avanço na iniciativa conjunta do bloco, o governo brasileiro, seguindo mandato presidencial, realizou um primeiro encontro bilateral com o Chile sobre investimentos. O objetivo do encontro foi apresentar o texto base de negociação aprovado pela CAMEX. Há perspectiva de avanço neste tema em 2010.

Em paralelo, internamente, o governo brasileiro trabalhou em uma proposta de texto base (“template”) sobre investimentos a ser apresentado no Mercosul. O objetivo do texto base em questão é ser utilizado em negociações comerciais amplas que incluam o tema. A SAIN, em conjunto com outras áreas do Ministério, apresentou diversas propostas de redação para as questões tratadas no texto base.

**b) SGT-12**

Em 2009, as presidências *pro tempore* do Paraguai (PPTP) e do Uruguai (PPTU) não convocaram reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Investimentos – SGT12.

**c) Comitê de Investimentos – OCDE**

O Comitê de Investimentos da OCDE compõe-se de 30 países membros e de alguns países observadores como Brasil, Argentina e Chile. O Brasil participa na qualidade de observador regular. Em 2009, a Secretaria de Assuntos Internacionais participou de duas reuniões desse Comitê, fornecendo subsídios técnicos para as posições brasileiras no Comitê:

● **Comitê de Investimentos - março de 2009**

Os principais itens de interesse para este Ministério no conjunto de reuniões de março foram:

- I. Aplicação para o Setor Financeiro das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais
- II. A Relevância de Obrigações contidas em Acordos Internacionais e não diretamente relacionadas a Investimentos no arbítrio de Disputas na área de Investimentos
- III. Liberdade de Investimento, Segurança Nacional e Indústrias “Estratégicas”
- IV. Apresentação e Discussão do “Draft Report” para Reunião Ministerial da OCDE de 2009: “Building trust and confidence in international investment”
- V. Apresentação e Discussão do “Draft Programme” para Fórum Global sobre Investimentos (GFII-8) de 2009

● **Comitê de Investimentos - outubro de 2009**

Os principais itens de interesse para este Ministério na agenda das reuniões de outubro foram:

- I. Aplicação das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais para o Setor Financeiro (Application of the Guidelines to the Financial Sector);
  - II. A Relevância de Obrigações contidas em Acordos Internacionais e não diretamente relacionadas a Investimentos no âmbito de Disputas na área de Investimentos (Non-investment treaty obligations and investment agreements);
  - III. Panorama de desenvolvimentos recentes na área de Liberdade de Investimentos (Tour d’horizon of recent developments);
  - IV. Imunidade Soberana (Foreign Sovereign Immunity);
  - V. Apresentação e Discussão do “Draft Programme” para Fórum Global sobre Investimentos (GFII-8) de 2009;
  - VI. OCDE - cooperação com a América Latina e Caribe.
- d) Grupo de Trabalho sobre um Mecanismo de Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**

O Grupo de Trabalho em epígrafe foi criado em 2008 no âmbito da União de Nações Sul-Americanas, voltado para discutir a criação de um mecanismo de solução de controvérsias em matéria de investimentos no marco da UNASUL.

Estão na agenda do GT três temas principais:

- Criação de um centro de assessoria jurídica para orientação e defesa dos Estados Partes envolvidos em procedimentos de disputas sobre investimentos;
- Elaboração de regras procedimentais de solução de controvérsias. A discussão deverá centrar-se, inicialmente, na hipótese de solução de disputas entre investidor e Estado. Ficou acordado que o enfoque Estado-Estado também pertence à agenda do GT;
- Construção de um mecanismo sul-americano de solução de controvérsias sobre investimentos.

Durante 2009, a COPOL participou das três reuniões realizadas. No decorrer do ano, apenas o 1º item da agenda foi efetivamente trabalhado pelo GT, dado que não houve consenso entre os participantes quanto ao início das discussões relativas aos demais itens.

Encontra-se na pauta do GT um projeto de texto normativo para a criação do referido centro de assessoria jurídica. O projeto em questão encontra-se em estágio avançado de elaboração, porém estão pendentes de definição questões importantes, como as funções específicas que o centro desempenhará, sua forma de financiamento, a natureza do ato legal para sua criação e uma proposta orçamentária para o centro.

A atenção dos representantes do Ministério da Fazenda no âmbito deste Grupo de Trabalho tem se voltado para manter sob observação dois aspectos considerados fundamentais na discussão de um mecanismo de solução de controvérsias sobre investimentos: (1) que seja um

mecanismo alternativo e, por isso, opcional para as partes; e (2) que não venha a produzir efeitos indesejáveis para a atração de investidores estrangeiros a países da região.

## 5. Propriedade Intelectual

Em 2009, o Ministério da Fazenda participou de dois subgrupos de trabalho no âmbito do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI: primeiramente, do Subgrupo de Trabalho sobre Retaliação Cruzada, com vistas à elaboração de uma proposta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 1893/2007, de autoria do Deputado Paulo Teixeira (PT-SP); em segundo lugar, da análise da proposta do Ministério da Cultura de alteração da Lei de Direitos Autorais – Lei nº 9.610/98.

Quanto à elaboração de uma proposta de substitutivo ao Projeto de Lei sobre medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações do País relativas aos direitos de propriedade intelectual e outros, em casos de descumprimento de obrigações do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio - OMC, recorde-se que o tema se insere no âmbito do Contencioso Brasil - Estados Unidos sobre o Algodão – DS 267 – junto àquela Organização. O Brasil recebeu, em 31 de agosto de 2009, a autorização do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC para retaliar comercialmente os Estados Unidos. Essa autorização prevê que, caso se opte por aplicar sanções comerciais, o Brasil terá primeiramente de retaliar em bens; se não alcançar um montante pré-estabelecido na autorização, poderá também aplicar medidas retaliatórias em serviços e propriedade intelectual. Ressalte-se, entretanto, que a proposta elaborada no âmbito do GIPI tem como objetivo atender, mediante previsões amplas, quaisquer situações futuras de retaliação em propriedade intelectual.

A proposta elaborada contou com a análise das Consultorias Jurídicas do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério da Fazenda (MF), antes de sua presente tramitação no SIDOF (Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais). O objetivo foi o de ajustar a redação com a técnica legislativa adequada. Frise-se que o tema de Retaliação Cruzada esteve na pauta das reuniões do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior –CAMEX.

Quando o Ministério da Cultura apresentou sua proposta de alteração da Lei de Direitos Autorais – Lei nº 9.610/98, em fevereiro de 2009, solicitou-se parecer do Ministério da Fazenda em relação a cinco temas: a relação entre direito autoral e direito da concorrência; o papel do Estado na gestão coletiva de direitos; a exaustão de direitos; a cópia privada e o mecanismo de remuneração compensatória.

Neste sentido, criou-se no âmbito deste Ministério um Subgrupo de Trabalho. Este subgrupo de trabalho, do qual participaram SAIN, SEAE, RFB, SPE, SE, e PGFN, realizou cinco reuniões. Cumpre frisar que em outubro de 2009, o Ministério da Cultura apresentou nova versão da proposta de alteração da Lei de Direitos Autorais. Nesta nova proposta, retirou-se a correlação entre direito autoral e direito da concorrência e acrescentou-se o tema da reprografia. O Grupo de Trabalho concluiu sua análise em novembro de 2009.

Em dezembro de 2009, em reunião realizada com a presença dos Secretários-Adjuntos da SAIN e da RFB e do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, foram adotadas as deliberações a serem apresentadas ao Ministério da Cultura, sobre os temas de competência do Ministério já mencionados.

## **6. Compras Governamentais**

### **a) Mercosul – Grupo de Contratações Públicas**

Trata-se do grupo técnico responsável pelas questões relativas às Contratações Públicas no âmbito do Mercosul. A primeira tarefa do grupo foi negociar um acordo intrabloco. Assim, o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, objeto da Decisão 40/03, foi efetivamente aprovado na última reunião do Conselho Mercado Comum – CMC de 2003, em Montevideu.

O trabalho seguinte foi a preparação de um projeto de regulamentação do Protocolo. Após a conclusão dessa fase inicial dos trabalhos, o projeto previa rodadas de negociação para aprofundar o processo de integração. Entretanto, as dificuldades internas do Mercosul não permitiram esse processo, de forma que esse grupo está com suas atividades paralisadas há cerca de 4 (quatro) anos.

### **b) Negociações Bilaterais**

Após um período de reavaliação, o tema Contratações Públicas está voltando à agenda das negociações comerciais. Por demanda mexicana, o tema entrou, em 2009, nas conversações prévias ao lançamento das negociações comerciais para um Acordo de Livre Comércio entre Brasil e México. Por sua vez, no processo Mercosul-UE, onde o tema está incluído, os encontros entre os dois lados, no último ano, têm buscado definir os parâmetros para a retomada efetiva das negociações em 2010.

## **7. Escritórios de Apoio à Produção Audiovisual (“film commissions”) nacionais**

Conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 286, de 18 de junho de 2008, e na Portaria Interministerial nº 302, de 14 de maio de 2009, esta Secretaria participou do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI – instituído para elaborar proposta de fortalecimento das atividades dos Escritórios de Apoio à Produção Audiovisual (“film commissions”) nacionais.

Na condição de representante titular do Ministério da Fazenda, esta Coordenação-Geral participou das 7 (sete) reuniões convocadas pela Divisão de Audiovisual do Ministério das Relações Exteriores. Para conhecer mais detalhadamente o funcionamento das “Film Commissions” brasileiras, o GTI ouviu os relatos das “Film Commissions” de Minas Gerais, São Paulo, Paulínia e Rio de Janeiro (RioFilme e Rio Film Commission). Com base nesses relatos, o GTI pôde discutir internamente a estratégia de governo a ser adotada e elaborar uma minuta de relatório final com as devidas recomendações. O relatório final deverá ser aprovado pelo GTI em reunião prevista para a segunda quinzena de janeiro de 2010. Após sua aprovação, o relatório final será submetido aos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Cultura.

## **8. Outros assuntos**

### **• *Convenção de Viena para a Compra e Venda Internacional de Mercadorias***

Em 2009 a COPOL participou de 2 (duas) reuniões técnicas e de uma palestra com juristas nacionais especialistas, para discussão e estudos sobre a adesão do Brasil à Convenção de Viena para Compra e Venda Internacional de Mercadorias. Participaram também, além da SAIN, representada pela COPOL, representantes do MDIC, Casa Civil, SRFB e PGFN. A CAMEX, após o parecer favorável desses órgãos, também deu parecer favorável para a adesão

do Brasil à Convenção, uma vez que a mesma possibilitará a uniformização do direito contratual internacional e tem como objetivo promover a segurança jurídica e previsibilidade das relações comerciais entre os países do globo (princípio da preservação dos contratos e seu desfazimento somente em situações extremas). Esta Convenção de Viena atualmente conta com 74 (setenta e quatro) Estados Partes, sendo que o Brasil participou ativamente dos seus trabalhos de elaboração, mas ainda não a assinou nem aderiu à mesma.

## 2.2.7 Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ) - NUTRA

O Núcleo de Trabalho no Rio de Janeiro (RJ), criado pelo Decreto nº 6.313, de 19 de dezembro de 2007, tem a finalidade de prestar apoio técnico-administrativo às atividades da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN.

Suas atribuições abrangem:

- (a) dar suporte às ações relacionadas ao processo de integração econômica do Brasil ao Mercosul;
- (b) auxiliar no acompanhamento, elaboração e coordenação das políticas e ações do Governo brasileiro nas áreas de comércio exterior, em conjunto com as Coordenações-Gerais de Políticas Comerciais (COPOL) e de Integração Comercial (COINT);
- (c) contribuir nas análises econômico-comerciais de países e agrupamentos regionais selecionados, bem como nos estudos a respeito da participação do Brasil em organismos internacionais e em processos de integração regional; e
- (d) auxiliar na análise de propostas de normas em temas de competência da SAIN.

Em 2009, equipe do Núcleo participou dos trabalhos para a elaboração de proposta de planejamento estratégico desta Secretaria, compondo Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria SAIN nº 7, de 04.05.2009.

Além disso, o Núcleo RJ trabalhou no desenvolvimento de atividades da Secretaria em sinergia com as demais Unidades localizadas em Brasília.

## 2.3 Programas e Ações

### 2.3.1 Programa Gestão da Política Econômica

<b>Tipo de Programa:</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
<b>Objetivo Geral:</b>	Assegurar a gestão equilibrada das contas públicas
<b>Objetivos Específicos:</b>	Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas: fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, no mercado de trabalho e no mercado de capitais.
<b>Público-alvo:</b>	Governo e sociedade

Em 2009, a SAIN participou, no âmbito do “Programa de Gestão da Política Econômica”, das Ações a seguir discriminadas:

### 2.3.2 Ação 4479 - Assistência Técnica em Assuntos Internacionais

Tipo da Ação	Atividade
<p><b>Finalidade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestação de assessoria e assistência técnica em assuntos relacionados ao setor externo do governo, incluindo diagnósticos, estudos, análises, acompanhamento e definição de políticas na área internacional, principalmente nas negociações internacionais do governo brasileiro.</li> <li>• Participação em negociações econômicas, financeiras e comerciais com governos estrangeiros e entidades internacionais, acompanhando os diversos fóruns e frentes de negociação que envolvem o Mercado Comum do Sul - Mercosul, a Organização Mundial do Comércio - OMC, o Clube de Paris, entre outras negociações bilaterais e multilaterais. Nesses fóruns, a SAIN participa das reuniões, colabora na elaboração da posição negociadora brasileira, avalia o posicionamento dos outros países e fornece subsídios ao Ministro da Fazenda para a tomada de decisões.</li> <li>• Desenvolvimento, em conjunto com as diversas instituições, de análises de políticas dos organismos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Corporação Andina de Fomento - CAF, entre outros) e iniciativas em matéria de cooperação monetária e financeira, tais como a busca de novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento.</li> <li>• Acompanhamento da execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, no âmbito do Ministério, em conjunto com os órgãos encarregados da elaboração da política de comércio exterior e das ações do Ministério nas áreas de salvaguardas e direitos antidumping e compensatórios. Exercício da Secretaria Executiva do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG e do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, participação na Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX e no Comitê Gestor da Câmara de Comércio Exterior - Gecex.</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acompanhamento da conjuntura econômica e financeira internacional, em particular das economias estratégicas para o Brasil com o objetivo de informar o Ministro da Fazenda sobre os temas de maior relevância em economia internacional.</li> </ul>
<b>Descrição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação e acompanhamento em negociações, elaboração de relatórios, pareceres e notas de conjuntura macroeconômica internacional, bem como de estudos específicos sobre assuntos de defesa comercial, comércio internacional, financiamento a exportação e créditos internacionais, além de manter o Ministro da Fazenda permanentemente informado sobre as negociações internacionais.</li> </ul>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Ministério da Fazenda
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Marcos Bezerra Abbott Galvão</b>
<b>Unidade executora</b>	Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN

## I Resultados:

A atuação cada vez mais significativa do Brasil em diversos fóruns internacionais tem reflexo imediato nas demandas de assistência técnica especializada a serem atendidas por esta Secretaria de Assuntos Internacionais. Dessa forma, evidencia-se, no ano de 2009, a crescente presença da SAIN em negociações, reuniões técnicas, fóruns, encontros e seminários, bem como na elaboração, em número cada vez mais expressivo, de análises técnicas, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão por parte do Governo brasileiro.

A seguir, realizações e/ou avanços obtidos no âmbito da Ação:

- (1) Elaboração de relatórios de revisão da Carteira de Projetos de Assistência Técnica e Financeira do Banco Mundial com o Brasil, com vistas a analisar sua distribuição geográfica, segmentação por temas e alinhamento com políticas e prioridades nacionais;
- (2) Em 2009, a Secretaria coordenou e acompanhou técnicos da OCDE nos trabalhos relacionados à elaboração e divulgação do Relatório Econômico sobre o Brasil de 2009, denominado “Brazil Economic Outlook”, sendo a interface com diversas Secretarias de Governo;
- (3) Análise de documentos e propostas, bem como preparação de material para subsidiar a participação do Brasil no Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC), que discutiu, dentre outros tópicos, a economia global e mercados financeiros; riscos macrofinanceiros, respostas à crise econômica e Reforma de Quotas e Voz;

- (4) Revisão da implementação da 15ª. recomposição da Agência Internacional de Desenvolvimento – IDA;
- (5) Participação no Encontro Anual dos PCNs, realizado sob a coordenação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, com o objetivo de apoiar os Pontos de Contato Nacional no desempenho de suas tarefas de implementar e divulgar as diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais. Em 2009, a Secretaria elaborou proposta para o aprimoramento da estrutura de funcionamento do Ponto de Contato Nacional – PCN Brasil, com previsão de incremento de suas atividades;
- (6) Participação no 5º. Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias, instituição chave no esforço multilateral de combate aos paraísos fiscais, quando foi anunciada a adesão do País como membro;
- (7) Participação ativa nas revisões semestrais da Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum - TEC, atuando nas discussões que culminaram nas Resoluções CAMEX nºs 16; 28; 29; 37 e 47;
- (8) Análise de 33 (trinta e três) pleitos de alterações temporárias da TEC no âmbito do Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 69/00 (razões de desabastecimento excepcional e temporário);
- (9) Em 2009, a fim de subsidiar a participação dos representantes do MF, foram elaboradas, em conjunto com a Coordenação-Geral de Políticas Comerciais, 8 (oito) Agendas Comentadas para as reuniões da CAMEX e 7 (sete) para as reuniões do GECEX;
- (10) Análise de 28 (vinte e oito) pleitos de modificação tarifária em caráter permanente no âmbito do Comitê Técnico nº 1 do Mercosul, havendo a SAIN se posicionado a respeito de cada um deles por meio de Notas Técnicas;
- (11) Participação ativa em reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul e do Grupo Mercado Comum, com destaque para o acompanhamento dos seguintes temas: criação de Regimes Especiais de Importação, regulamentação da Decisão CMC 54/2004, que trata da Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Distribuição da Renda Aduaneira, e a análise de estudos financiados pelo BID sobre temas ad hoc de interesse do Mercosul;
- (12) Participação ativa da SAIN/MF nas atividades voltadas à ampliação de acordos comerciais no âmbito das negociações externas do Mercosul. A Secretaria enviou técnicos para as discussões, elaborou relatórios e subsidiou o Ministério das Relações Exteriores com comentários aos textos em negociação, mantendo estreita interlocução com aquele Ministério no decorrer de todo o processo decisório. Em virtude de limitações de ordem orçamentária, a SAIN optou por nem sempre encaminhar técnicos às reuniões de negociação que foram realizadas no exterior, privilegiando a participação nos encontros ocorridos no Brasil;
- (13) Participação ativa nas reuniões ordinárias do Grupo de Especialistas Ad-Hoc do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (GAHE-FOCEM), em que são analisadas as operações que contam com financiamento do Fundo multilateral em projetos para redução de assimetrias estruturais no bloco. Por conta do início do processo de revisão do Regulamento do FOCEM, a SAIN participou de 6 (seis) reuniões do grupo ad hoc convocado para esse fim pela Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM);

- (14) Participação ativa nas reuniões do Grupo de Monitoramento Econômico do Mercosul (GMM), que trabalha para a produção e divulgação de indicadores macroeconômicos harmonizados entre os países do Mercosul e Estados associados e é formado por representantes de Ministérios da Economia/Fazenda e de Bancos Centrais, estando ligado à Reunião de Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais do Mercosul (RMEPBC), no âmbito do CMC, para a qual a SAIN prestou assessoramento em suas reuniões;
- (15) Participação ativa, representando o Ministério da Fazenda, no Grupo Ad-Hoc para elaboração do Estatuto do Sistema de Garantias a Pequenas e Médias Empresas do Mercosul, criado para definir as linhas gerais que nortearão o Regulamento do Fundo que concederá garantias a PMEs do Mercosul. Foram realizadas 2 (duas) reuniões em Assunção, Paraguai, e em Montevideu, Uruguai, a fim de dar início ao trabalho de elaboração do Regulamento a ser completado em 2010;
- (16) Coordenação da posição brasileira no processo negociador interno (no Brasil) no Grupo NAMA – Acesso a Mercados de Produtos não-Agrícolas, no âmbito da Rodada Doha, marcada pela continuidade do impasse em suas negociações no ano de 2009;
- (17) Análise de 15 (quinze) processos de defesa comercial e de 13 (treze) recursos administrativos interpostos em desfavor de decisões da CAMEX, com a participação em 12 (doze) reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC);
- (18) Assessoria e produção de análises para o Ministro da Fazenda em 8 (oito) reuniões da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX;
- (19) Assessoria e produção de análises para o Secretário de Assuntos Internacionais em 7 (sete) reuniões do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior – GECEX;
- (20) Retomada dos trabalhos do Grupo Negociador de Regras - GNR, tendo a SAIN participado de 3 (três) reuniões do Grupo. A maior participação da Secretaria deveu-se à discussão de temas de natureza fazendária, em especial na área de subsídios;
- (21) Envolvimento nas negociações internacionais de serviços em 3 (três) áreas de atuação: bilateral (negociações Mercosul-Colômbia), intra-Mercosul (Grupo de Serviços) e multilateral (Cluster de Serviços da OMC – Rodada Doha). Em 2009, as negociações de Acesso não apresentaram uma evolução positiva, sobretudo em função da falta avanço em outras áreas centrais da Rodada, como a de agricultura e a de bens industriais. Por outro lado, os trabalhos sobre regulamentação doméstica têm avançado gradualmente e há perspectivas positivas para 2010 nesse tema;
- (22) Aprovação do documento de métodos e modalidades para a negociação de um protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59) que disponha sobre a liberalização do comércio de serviços entre Mercosul e Colômbia. Foram realizadas quatro reuniões com as contrapartes colombianas em 2009, todas elas com participação de representantes da SAIN;
- (23) Participação ativa nas três reuniões do Grupo de Serviços do Mercosul, com a agenda concentrada na elaboração de um Plano de Ação para completar o Programa de Liberalização do Comércio de Serviços Intrazona, na definição de setores ou temas prioritários a serem objeto de acordos-quadro específicos, com o intuito de aprofundar a integração do comércio de serviços do bloco e na VII Rodada de liberalização do comércio de serviços do Mercosul;

- (24) Participação na iniciativa de negociação Mercosul-Chile sobre o tema de investimentos. Esta Secretaria, em trabalho conjunto com MRE e MDIC, esteve à frente da preparação do documento de métodos e modalidades negociado no âmbito do bloco e apresentado aos chilenos. O Chile, em resposta, apresentou uma série de questões sobre a proposta do Mercosul. O tema, contudo, não evoluiu por restrição de um dos governos do bloco;
- (25) Fornecimento de subsídios técnicos para as posições brasileiras no âmbito do Comitê de Investimentos da OCDE;
- (26) No Grupo de Trabalho sobre Mecanismo de Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos da União de Nações Sul-Americanas – UNASUL, a Secretaria participou das 3 (três) reuniões realizadas;
- (27) Participação efetiva e estratégica nos diversos órgãos colegiados envolvidos com atividades inerentes ao financiamento com recursos públicos das exportações brasileiras, com a finalidade de melhorar seu desempenho;
- (28) No âmbito do COFIG, em que a SAIN exerce o papel de Secretaria-Executiva, foram realizadas, em 2009, 12 (doze) Reuniões Ordinárias, precedidas de reuniões do Grupo de Apoio Técnico- GAT, e 1 (uma) Reunião Extraordinária;
- (29) Os pleitos submetidos ao COFIG, por intermédio da SAIN, na qualidade de Secretaria-Executiva do Comitê, totalizaram US\$ 9,87 bilhões em exportações brasileiras e US\$ 427,1 milhões de previsão de arrecadação de prêmio de seguro, com recolhimentos conforme o cronograma de desembolso das operações;
- (30) No âmbito do COMACE, em que participa como Secretaria-Executiva, a SAIN participou de 8 (oito) reuniões (Tour d’Horizon) onde foram examinados os débitos de 9 (nove) países para com o Brasil;
- (31) No âmbito da COFIEIX, a SAIN, na qualidade de membro regular da Comissão, participou das 5 (cinco) reuniões realizadas em 2009. Das 94 (noventa e quatro) reuniões de seu Grupo Técnico - GTEC, a Secretaria conseguiu participar em 79 (setenta e nove) eventos, além de responder a 9 (nove) consultas extraordinárias dos membros da COFIEIX;
- (32) No papel de Secretaria-Executiva do COFIG, a SAIN encaminhou diversos assuntos relacionados ao PROEX e ao FGE, mediante a elaboração de 17 (dezesete) Notas Técnicas, para deliberação da CAMEX;
- (33) No âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX – supervisionado pela SAIN, foram realizadas 12 (doze) reuniões de previsão de liberação de recursos e de acompanhamento das operações cursadas ao amparo do Programa e também a coordenação da elaboração da proposta orçamentária para 2010, com previsão de liberação de R\$ 2,4 bilhões de dotação para Financiamento, de R\$ 1, 2 bilhão para Equalização de Taxas e previsão de receita na ordem de R\$ 2,2 bilhões;
- (34) Monitoramento periódico da execução orçamentária do PROEX para 2009, que teve dotação orçamentária de R\$ 1,3 bilhão para Financiamento e R\$ 951,0 milhões para Equalização da Taxa de Juros;

### 2.3.3 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
<b>Descrição</b>	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Lúcia Campelo da Silva
<b>Unidade Executora</b>	Secretaria de Assuntos Internacionais
<b>Áreas responsáveis por ou execução da ação</b>	Secretaria de Política Econômica e Secretaria de Assuntos Internacionais
<b>Competências institucionais requeridas para a execução da ação</b>	Previstas na Portaria MF nº 385, de 14 de julho de 2009, art.1º.

## I Resultados

Os recursos disponibilizados foram suficientes para ampliar o desempenho operacional da Unidade.

## 2.4 Desempenho Operacional

### 2.4.1 Programação Orçamentária

#### Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1. Pessoal e Encargos Sociais	2. Juros e Encargos da Dívida	3. Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	-	0	0	0
	Recebidos	170191	0412207502000	0	0	196.276,92
		170191	0412212662272	0	0	351.741,28
	170191	0412212664479	0	0	935.708,82	
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4. Investimentos	5. Inversões Financeiras	6. Outras Despesas de Capital
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	170191	0412212662272	9.333,91	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0

### 2.4.2 Execução Orçamentária

#### Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

##### Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação*</b>	<b>697.085,50</b>	<b>639.595,56</b>	<b>697.085,50</b>	<b>639.595,56</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	<b>697.085,50</b>	<b>639.595,56</b>	<b>697.085,50</b>	<b>639.595,56</b>
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas *</b>				
Dispensa				
Inexigibilidade				
<b>Regime de Execução Especial*</b>				
Suprimento de Fundos				
<b>Pagamentos de Pessoal*</b>	<b>390.777,20</b>	<b>486.291,69</b>	<b>390.777,20</b>	<b>486.291,69</b>
Pagamento em Folha				
Diárias	<b>390.777,20</b>	<b>486.291,69</b>	<b>390.777,20</b>	<b>486.291,69</b>
<b>Outros*</b>				

Obs.:

1-Pregão - Os valores informados referem-se à execução na Unidade 170191 – Pregão 041/2004 e 045/2009.

2-Diárias: Valores executados pela Unidade Jurisdicionada

\*Outras modalidades de contratação foram executadas pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL, sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada 170191 – Secretaria de Assuntos Internacionais.

### Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1- Despesas de Pessoal*								
2- Juros e Encargos da Dívida*								
3- Outras Despesas Correntes								
339033	697.085,50	636.595,56	697.085,50	636.595,56			697.085,50	636.595,56
339014	390.777,20	486.291,69	390.777,20	486.291,69			390.777,20	486.291,69
339093	1.973,53	4.109,98	1.973,53	4.109,98			1.973,53	4.109,98

### Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4- Investimentos								
449052		9.333,91		8.194,32		28.312,89		8.194,32
5- Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6- Amortizações da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: 1 - RP inscrito e não processado pela Unidade 170016 – COGRL, de responsabilidade da Unidade 170191.

\* Não se aplica.

Na Proposta Orçamentária apresentada por esta Secretaria para o exercício de 2009, foi solicitado o valor de R\$ 1.413.263,00 (um milhão, quatrocentos e treze mil e duzentos e sessenta e três reais) para a execução da ação SAINASS4479. O crédito disponibilizado pela Secretaria Federal de Orçamento – SOF foi de R\$ 939.359,00 (novecentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais).

O contingenciamento da proposta orçamentária para o exercício em questão gerou a necessidade de solicitação de crédito suplementar. Por essa razão, a Secretaria solicitou à SPOA/SE/MF, por meio do Memorando SAIN/MF nº 277, de 5 de outubro de 2009, crédito suplementar no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais). A SPOA/SE/MF enviou à SOF, via SIDOR, comunicado de nº 4533/2009 - tipo 120.

A SPOA/SE/MF, em atendimento às necessidades expostas por meio do citado Memorando, descentralizou o valor de R\$ 196.276,92 (cento e noventa e seis mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos) para atender as despesas com viagens internacionais.

No Congresso Nacional foi criado o PLN 84/08. Por falta de acordo, o Congresso Nacional deixou de votar os créditos suplementares inseridos neste PLN e, por essa razão, os mesmos perderam a validade. O contingenciamento em questão não prejudicou a missão da SAIN, tendo em vista o aporte emergencial da SPOA/SE/MF.

Não podemos deixar de registrar o volume crescente de novas atribuições da SAIN em assuntos vinculados ao Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro Países em Desenvolvimento (G-24), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Grupo dos Vinte Ministros da Fazenda e

Presidentes de Bancos Centrais (G-20) que naturalmente geraram a necessidade de viagens aos Estados Unidos, a diversos países da Europa e Ásia, além dos deslocamentos na América Latina.

### 2.4.3 Evolução de Gastos Gerais

Descrição	Ano		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	485.437,72	697.085,50	636.595,56
2. DIÁRIAS	343.328,02	391.203,30	486.291,69
3. RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	4.290,21	1.973,53	4.109,98
4. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	*	*	*
5. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	nihil	nihil	nihil
6. SUPRIMENTO DE FUNDOS	nihil	nihil	nihil
<b>Totais</b>	<b>833.055,95</b>	<b>1.090.262,33</b>	<b>1.126.997,23</b>

*\*O pagamento dos contratos referentes ao item 4 está a cargo da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA/SE/MF.*

#### Comentários

A Secretaria priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, com diárias e passagens nacionais e internacionais.

Foi executado o montante de R\$ 1.493.059,89 (hum milhão, quatrocentos e noventa e três mil, cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos), assim distribuídos: R\$ 1.126.997,23 (um milhão, cento e vinte seis mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte três centavos) pela Unidade Gestora 170191, R\$ 285.212,22 (duzentos e oitenta e cinco mil, duzentos e doze reais e vinte e dois centavos) pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - COGRL, R\$ 56.443,11 (cinquenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais e onze centavos) pela Gerência Regional de Administração do Rio de Janeiro – GRA-RJ, R\$ 24.407,33 (vinte quatro mil, quatrocentos e sete reais e trinta e três centavos) pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos – COGRH.

As passagens aéreas foram adquiridas através dos contratos n°s 041/2004 e 045/2009, firmados pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da COGRL/SPOA/SE/MF, com as empresas TRIP's Passagens e Turismo Ltda. e Sphaera Turismo e Representações Ltda., respectivamente.

A aquisição de bens e serviços no exercício destinou-se estritamente à manutenção das atividades da Secretaria.

Houve descentralização de recursos pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil – COGEF para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL/SPOA para pagamento de assinaturas de periódicos e outros serviços, tais como gastos com pagamento de terceirização, mídia impressa, telefonia celular, imprensa nacional, serviços de terceiros e material permanente. Também houve descentralização de crédito/recursos para a Gerência Regional de Administração – GRA/RJ, para pagamento de despesas condominiais, material de consumo e indenizações e restituições.

A SAIN não dispõe de estoques de materiais e as aquisições foram demandadas diretamente para a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL e destinaram-se, exclusivamente, ao consumo imediato. A Secretaria dispõe atualmente seus recursos tecnológicos em três endereços, sendo 02 (dois) em Brasília - DF e 01 (um) no Rio de Janeiro – RJ. A distribuição está feita conforme os quadros a seguir:

Contratante	Contratado	Referência	Descrição	Quantidade
COGRL/SPOA/ SE/MF	Microcity Computadores Ltda	Contrato GRA- MG n°. 23/2005	Estação de Trabalho	07*
		Contrato GRA- MG n°. 100/2005		08*
	Investiplan Computadores e Sistemas Ltda	Termo aditivo do contrato n°. 25/2005	Estação de Trabalho	01*
			Notebook	01*
	SERPRO	Contrato n°. 29/2009	Estação de Trabalho	57
	Premier Tecnologia de Informação Ltda	Contrato n°.28/2006	Impressora laser colorida, Okidata C7350	02
	IT2B Tecnologia e Serviços Ltda	Contrato n°.20/2007	Impressora monocromática Phaser 3428	09 02 01
			Impressora monocromática Phaser 4510	
Máquina de xerox multifuncional Workcentre M128				
CNC – Centro Nacional de Cópias Ltda	Contrato n°.34/2006	Copiadora Ricoh Afício1035P	02	

\* Com o vencimento do contrato em 2009, os equipamentos foram substituídos por outros adquiridos através da SPOA/SE/MF.

#### Contratos Rio de Janeiro – RJ

Contratante	Contratado	Referência	Descrição	Quantidade
SPOA/SE/MF	SERPRO	Contrato n°. 29/2009	Estação de Trabalho	05
GRA- RJ/SPOA/SE/MF	A.M.C. Informática	34/2008	Locação de Impressoras	03

#### Acervo da Secretaria

Forma de Aquisição	Descrição	Quantidade
Compra feita pela SPOA	Estação de Trabalho	59
Doação feita pela Receita Federal do Brasil – RFB/MF	Notebook	14**
Compra feita pela SPOA	Notebook	01
Compra feita pela SPOA/Secretaria	Scanner HP 5590	03
Compra feita pela SPOA	Scanner Benq	02

#### 2.4.4 Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010
04	122	Gestão da Política Econômica	4479	A	3	Unidade	158	177	158	939.359	935.709	2.724.638

No exercício em questão, esta Secretaria participou de discussões relevantes no âmbito internacional, com o encaminhamento de propostas do Brasil sobre diversos temas. A atuação efetiva nos diversos fóruns tem contribuído para a consolidação da posição de destaque do País no cenário mundial. Conforme previsto, no segundo semestre houve aumento da participação desta SAIN em várias negociações internacionais, com a superação da meta anual prevista, tendo-se registrado percentual de execução física da ordem de 112,03%.

#### 2.4.5 Indicadores de Desempenho ou Institucionais

##### SAIN EM NÚMEROS 2009

Atividades/Eventos	Qtde
<b>NEGOCIAÇÕES</b>	<b>177</b>
<b>REUNIÕES TÉCNICAS</b>	<b>157</b>
<b>SEMINÁRIOS</b>	<b>7</b>
<b>ENCONTROS REALIZADOS NO EXTERIOR</b>	<b>4</b>
<b>PARTICIPAÇÕES EM COMITÊS E MISSÕES TÉCNICAS</b>	<b>13</b>
• Comitês	12
• Missões técnicas	01
<b>ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS PELO PCN – PONTO DE CONTATO NACIONAL</b>	<b>12</b>
<b>ANÁLISES/TRADUÇÕES/INFORMES/ESTUDOS TÉCNICOS</b>	<b>20</b>
• Análise de documentos e propostas	8
• Análise de estudos de Organismos Internacionais	7
• Traduções	5
<b>AGENDAS COMENTADAS PARA REUNIÕES CAMEX</b>	<b>15</b>
<b>PROCESSOS DE DEFESA COMERCIAL</b>	<b>15</b>
<b>ANÁLISES DE ALTERAÇÕES NA TARIFA EXTERNA COMUM - TEC</b>	<b>61</b>
<b>ANÁLISES DE PLEITOS DE EXPORTADORES – FGE/SCE</b>	<b>122</b>
<b>CONSULTAS À PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL</b>	<b>20</b>
<b>CONSULTAS EXTRAORDINÁRIAS AOS MEMBROS DA COFIEIX</b>	<b>9</b>
<b>CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS</b>	<b>1.160</b>
• Notas técnicas	21
• Normativos	24
• Outras correspondências (Memorandos, Ofícios etc.)	1.115

Os quadros a seguir apresentam indicadores de eficácia relacionados às atividades desenvolvidas pelas Unidades que compõem a SAIN:

**Unidade:** MF/SAIN/Gabinete

### Metas Previstas e Realizadas

**Processo Gerencial Finalístico:** Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais

**Sinopse do Objeto:** Acompanhar e participar de negociações econômicas e financeiras com governos e instituições internacionais, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nas negociações com essas entidades

### Responsáveis pelos Dados:

Danielle Ayres Delduque  
Isabela Moori de Andrade

**Cargo:** Coordenadora de Assuntos Econômicos  
**Cargo:** Assistente

**Data:** 31/12/2009

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1 - Reuniões do G-20	Unidade	11	4	4	1	11 (100%)	4 (100%)	4 (100%)	1 (100%)
2 - Seminários do G-20	Unidade	2	1	2	1	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)
3 - Reuniões do G-5	Unidade	1	0	0	0	1 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
4 - Reuniões do G-24	Unidade	0	1	0	1	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
5 - Reuniões do G-4	Unidade	0	1	0	0	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
6 – Reuniões dos BRIC's	Unidade	1	0	1	1	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
7 - Reuniões do MERCOSUL	Unidade	0	2	0	0	0 (100%)	2 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
8 - Reuniões no âmbito do Banco Mundial / FMI - multilaterais	Unidade	0	2	3	1	0 (100%)	2 (100%)	3 (100%)	1 (100%)
9 - Reuniões Ministros da Fazenda das Américas e do Caribe	Unidade	0	1	1	0	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	0 (100%)
10 - Reuniões do Banco do Sul	Unidade	1	3	0	0	1 (100%)	3 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
11 – Reuniões no âmbito da OCDE	Unidade	0	3	0	0	0 (100%)	3 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
12 – Reuniões do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias	Unidade	0	0	1	3	0 (100%)	0 (100%)	1 (100%)	3 (100%)
13 – Reuniões bilaterais e multilaterais e conferências internacionais	Unidade	4	1	2	1	4 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)

**Unidade:** MF/SAIN/ASSESSORIA - ASSES

**Metas Previstas e Realizadas**

**Processo Gerencial Finalístico:** Análise das políticas dos organismos financeiros internacionais.

**Sinopse do Objeto:** Análise das políticas das instituições financeiras internacionais e elaboração de subsídios para a participação em negociações e tomada de decisões no âmbito desses organismos.

**Responsáveis pelos Dados:**

Artur Cardoso de Lacerda

**Cargo:** Coordenador de Assuntos Financeiros

Ludmila Vidigal Silva

**Cargo:** Coordenadora de Organismos Internacionais

**Data:** 31/12/2009

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1 - Banco Mundial – Reuniões do Comitê de Desenvolvimento (Material preparatório)	Unidade	0	1	0	1	0 (100%)	2 (200%)	1 (100%)	2 (200%)
2 - Banco Mundial – Votos da Assembleia de Governadores (Notas Técnicas)	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
3 - Banco Mundial – Estudos Analíticos Analisados (Notas Técnicas)	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
4 - Banco Mundial – Carteira de Projetos (Relatórios de Acompanhamento)	Unidade	0	1	0	1	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
5 - FMI – Reuniões do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (Material preparatório)	Unidade	0	1	0	1	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
6 - FMI – Votos da Assembleia de Governadores (Notas Técnicas)	Percentual	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
7 - FMI – Missões de Supervisão (Relatórios de Acompanhamento)	Unidade	0	1	0	0	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	0 (100%)

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

### Metas Previstas e Realizadas

**Processo Gerencial Finalístico:** Provimento de informações e de apoio técnico ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG

**Sinopse do Objeto:** Organizar reuniões, distribuir documentação para os membros do COFIG, além de prover informações e prestar apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais e ao Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, na qualidade de Secretário-Executivo e Presidente do Comitê, respectivamente, bem como participar de negociações bilaterais provenientes das atividades do COFIG.

### Responsável pelos Dados:

Luiz Fernando Pires Augusto  
Raimundo José Rodrigues da Silva

**Cargo:** Secretário-Adjunto  
**Cargo:** Coordenador-Geral

**Data:** 31/12/2009

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - Preparação de pastas para os membros do COFIG, com documentação sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias.	Unidade	12	12	12	12	12 (100%)	16 (133%)	12 (100%)	12 (100%)
2 - Distribuição do material por meio eletrônico	Unidade	60	60	60	60	60 (100%)	80 (133%)	60 (100%)	60 (100%)
3 - Preparação de pautas comentadas com as recomendações sobre as operações e assuntos a serem examinados nas Reuniões Ordinárias, para subsidiar o Presidente e o Secretário-Executivo do COFIG.	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	4 (133%)	3 (100%)	3 (100%)
4 - Reuniões do COFIG	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	4 (133%)	3 (100%)	3 (100%)
5 - Elaboração de atas das Reuniões do COFIG.	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	4 (133%)	3 (100%)	3 (100%)
6 - Elaboração de comunicados sobre as decisões do COFIG e encaminhamento à Presidência do Comitê para expedição aos agentes (Banco do Brasil e SBCE)	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	4 (133%)	3 (100%)	3 (100%)
7 - Participação em negociações bilaterais	Unidade	1	1	1	1	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	2 (200%)

**Obs.:** 1) O COFIG é composto por 7 membros e 4 convidados e a previsão de realização de reuniões é de uma por mês.

2) As metas referentes ao segundo trimestre foram superadas devido à realização de uma reunião extraordinária do COFIG (15ª).

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

**Processo Gerencial Finalístico:** Negociação e Recuperação de Créditos

**Sinopse do Objeto:** Planejamento e coordenação da política de avaliação de negociação e de recuperação de créditos governamentais brasileiros concedidos ao exterior.

**Responsável pelos Dados:**

Luiz Fernando Pires Augusto

Ines Aparecida Maia

**Cargo:** Secretário-Adjunto

**Cargo:** Assessora

**Data:** 31/12/2009

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - Participação em reuniões no Clube de Paris	Unidade	2	3	2	3	2 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	2 (66%)
2 - Realização de negociações bilaterais, elaboração ou análise de propostas e continuidade às negociações em andamento.	Unidade	2	6	2	2	2 (100%)	6 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
3 - Reuniões do COMACE (técnicas e ordinárias)	Unidade	0	3	0	0	0 (100%)	3 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
4 - Elaboração de atas, ajudas-memória e relatórios das negociações e reuniões.	Unidade	4	10	2	3	4 (100%)	10 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
5 - Elaboração de minutas de contratos bilaterais e acompanhamento dos trâmites necessários para a assinatura dos Contratos.	Unidade	0	4	2	2	0 (100%)	4 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
6 - Ajuda na conciliação dos números das dívidas a serem negociadas e realização de reuniões quando necessárias.	Unidade	1	2	1	1	1 (100%)	2 (100%)	0 (0%)	1 (100%)
7 - Participação em reuniões relacionadas à conversão de créditos.	Unidade	0	3	0	0	0 (100%)	3 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
8 - Recebimento de pagamentos referentes a renegociações no âmbito do COMACE (em US\$).	US\$	1.550.401,79				1.550.401,79			

Obs.: Item 1 - A reunião prevista para dezembro de 2009 foi cancelada pelo Clube de Paris, razão pela qual não foi atingida a meta relacionada ao item no último trimestre.

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros - COAFI

**Processo Gerencial Finalístico:** Provimento de informações e de apoio técnico à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX

**Sinopse do Objeto:** Provimento de informações e prestação de apoio técnico-administrativo ao Secretário de Assuntos Internacionais, na qualidade de membro da Comissão

**Responsável pelos Dados:**

Luiz Fernando Pires Augusto  
Raimundo José Rodrigues da Silva

**Cargo:** Secretário-Adjunto  
**Cargo:** Coordenador-Geral

**Data:** 31/12/2009

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - Reuniões Ordinárias da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX	Unidade	1	1	1	1	0 (0%)	1 (100%)	2 (200%)	2 (200%)
2 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para análise de Agendas Preliminares de Reuniões da COFIEIX	Unidade	1	1	1	1	0 (0%)	1 (100%)	2 (200%)	2 (200%)
3 - Reuniões Ordinárias do Grupo Técnico da COFIEIX – GTEC(*)	Unidade	3	3	3	3	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	3 (100%)
4 - Reuniões do Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC, para exame e avaliação de Cartas-Consulta(**)	Unidade	20	16	21	17	17 (85%)	13 (81%)	18 (86%)	14 (82%)
5 - Consultas aos membros da COFIEIX sobre a preparação de projetos ou programas de interesse do Governo Federal, com apoio externo de natureza financeira (reembolsável ou não reembolsável)	Unidade	4	2	2	1	4 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)

Obs: Nenhum dos itens se refere a negociações.

(\*) Considerando que no 1<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> trimestres foram realizadas 4 reuniões (3 ordinárias e uma extraordinária), quando estava prevista a realização de apenas 3 reuniões ordinárias, o percentual de participação da SAIN deveria ter sido de 133%. Tal percentual, porém, limitou-se a 100% pelo fato de que os representantes da Secretaria (titular e suplente) no GTEC não puderam comparecer às reuniões extraordinárias, tendo em vista estarem envolvidos no atendimento de demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, transferidos do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das respectivas atribuições.

(\*\*) A participação da SAIN foi inferior a 100% pelo fato de que os representantes da Secretaria (titular e suplente) no GTEC não puderam comparecer a todas as reuniões realizadas, tendo em vista estarem envolvidos no atendimento de demandas urgentes de serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, transferidos do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a SAIN, sem a necessária ampliação da estrutura funcional da Secretaria para o desempenho das respectivas atribuições.

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Integração Comercial

**Processo Gerencial Finalístico:** Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

**Sinopse do Objeto:** Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nessas negociações.

**Responsáveis pelos Dados:**

Marden de Melo Barboza

Rômulo Tavares Ribeiro

**Cargo:** Secretário-Adjunto de Comércio Exterior

**Cargo:** Coordenador-Geral de Integração Comercial

**Data:** 31/12/2009

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
1 - OMC - Grupo Negociador de Acesso a Mercados (NAMA)	Unidade	0	0	0	0	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
2 - MERCOSUL - Negociações do Comitê de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias - CT-1 (Reuniões)	Unidade	1	1	0	1	1 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
3 - MERCOSUL - Negociações da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM (Reuniões)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
4 - MERCOSUL - Negociações do Grupo Mercado Comum – GMC (Reuniões)	Unidade	0	1	1	1	0 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
5 - MERCOSUL - Negociações do Conselho do Mercado Comum - CMC (Reuniões)	Unidade	0	1	0	1	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
6 – MERCOSUL - Reuniões Grupo de Especialistas Ad-Hoc do FOCEM (GAHE-FOCEM) e relativas ao Processo de Revisão do Regulamento	Unidade	2	2	2	2	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
7 – MERCOSUL – Reuniões do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM) do Mercosul	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
8 – Demais Negociações Externas do Mercosul (Reuniões ocorridas em Brasília)	Unidade	1	1	1	1	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
9 – Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior – GECEX	Unidade	2	2	2	1	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)
10 – Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	2	2	2	2	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)

Obs.: Todos os itens se referem a negociações.

**Unidade:** MF/SAIN/Coordenação-Geral de Políticas Comerciais

**Processo Gerencial Finalístico:** Participação em negociações de blocos econômicos e organismos multilaterais, além de outras reuniões internas relacionadas a temas de comércio exterior.

**Sinopse do Objeto:** Acompanhar e participar das negociações relacionadas a temas de comércio exterior com governos, instituições internacionais e outros órgãos do Governo brasileiro, além de subsidiar as decisões do Ministro da Fazenda nessas negociações.

**Responsáveis pelos Dados:**

Marden Barboza

Erivaldo Alfredo Gomes

**Cargo:** Secretário-Adjunto de Comércio Exterior

**Cargo:** Coordenador-Geral de Políticas Comerciais

**Data:** 31/12/2009

Descrição das Operações-Fim	Unidade de Medida	Previsto (para o exercício corrente / por trimestre)				Realizado (para o exercício corrente / por trimestre)			
		1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
1 - OMC - Grupo Negociador de Regras (GNR)	Unidade	1	1	1	1	0 (0%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
2 - Negociações do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior – GECEX	Unidade	2	2	2	1	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)
3 - Negociações da Reunião de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX	Unidade	2	2	2	2	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (50%)
4 - Reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	3	3	3	3	6 (100%)	1 (33%)	3 (100%)	2 (66%)
5 - Acompanhamento de Processos de Defesa Comercial - GTDC/CAMEX	Unidade	4	4	3	3	6 (150%)	1 (25%)	4 (133%)	4 (133%)
6 - MERCOSUL - Grupo de Serviços (Reuniões)	Unidade	0	1	0	2	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	2 (100%)
7- MERCOSUL - Grupo de Contratações Públicas (Reuniões)	Unidade	0	0	0	0	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
8 - MERCOSUL - SGT-12	Unidade	0	0	0	0	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
9 – MERCOSUL-Colômbia (Reuniões)	Unidade	0	2	1	1	0 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)
10 - OMC - Cluster de Serviços (Reuniões)	Unidade	0	1	0	1	0 (100%)	1 (100%)	0 (100%)	1 (100%)
11 – Propriedade Intelectual – GT –Retaliação Cruzada (Reuniões)	Unidade	0	2	2	3	0 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
12 – Propriedade Intelectual – GT –Revisão da Lei de Direitos Autorais (Reuniões)	Unidade	3	2	1	3	3 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	3 (100%)
13 – Propriedade Intelectual – Reunião Plenária	Unidade	0	0	0	0	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)	0 (100%)
14– UNASUL. Grupo de Trabalho sobre Mecanismo de Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos	Unidade	1	2	0	0	1 (100%)	2 (100%)	0 (100%)	0 (100%)

Obs.: Todos os itens se referem a negociações.

### 3 INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
<b>Estatutários</b>			
Próprios	05	07	12
Requisitados	27		27
<b>Celetistas</b>	19	06	25
<b>Cargos de livre provimento</b>			
Estatutários	09	-	09
Não Estatutários	-	-	-
<b>Terceirizados</b>	15	-	15
<b>Total</b>	75	13	88

#### Composição e Custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	6	*	6	*	5	*
Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	11	*	21	*	19	*
<b>Total</b>	17	*	27	*	24	*

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
<b>Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo</b>	8	*	9	*	9	*

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
<b>Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)</b>	0		0		0	

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	0		0		0	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	10	*	11	*	11	*
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	0		0		0	
Estagiários	6	*	2	*	4	*
<b>Total Pessoal Terc + Estag</b>	16	*	13	*	15	*

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	31	*	45	*	46	*
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	0		0		0	
<b>Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade</b>	31	*	45	*	46	*

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	0		0		0	
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0		0		0	
<b>Total Pessoal Cedido pela Unidade</b>	0		0		0	
<b>Total</b>	<b>0</b>		<b>0</b>		<b>0</b>	

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
<b>Total Geral</b>	<b>61</b>	*	<b>73</b>	*	<b>75</b>	*

Descrição	2009	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	53	*
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade	22	*
<b>Total Geral</b>	<b>75</b>	*

Obs.: \* As informações serão prestadas pela COGRH/SPOA/MF, responsável pelos pagamentos em questão.

Em 2009, a SAIN contava com quadro de 75 (setenta e cinco) funcionários, sendo 5 (cinco) do quadro efetivo do Ministério da Fazenda; 28 (vinte e oito) requisitados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco Central (BACEN); 18 (dezoito) cedidos do Banco do Brasil S.A. (BB), do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); 9 (nove) sem vínculos; 11 (onze) empregados terceirizados e 4 (quatro) estagiários.

Dos 75 (setenta e cinco) funcionários, 35 (trinta e cinco) servidores detêm cargos comissionados, sendo que 31 (trinta e um) desempenham funções em cargos do Grupo Direção e Assessoramentos Superiores – DAS e 4 (quatro) em Função Gratificada – FG.

Não há qualquer valor pendente de ressarcimento quanto aos servidores cedidos ou requisitados.

A Estrutura Organizacional da SAIN é composta por de 1 (um) Gabinete, 1 (uma) Assessoria, 2 (dois) Secretários-Adjuntos, 4 (quatro) Coordenações-Gerais - Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros (COAFI), Coordenação-Geral de Integração Comercial (COINT), Coordenação-Geral de Políticas Comerciais (COPOL), Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos (CAECO) e o Núcleo de Trabalho do Rio de Janeiro – RJ (NUTRA).

Em 2007, foi criado o Núcleo de Trabalho do Rio de Janeiro – RJ (Decreto nº 6.313, de 19 de dezembro de 2007, Diário Oficial de 20 de dezembro de 2007) com a finalidade de prestar apoio técnico-administrativo às atividades da SAIN.

Para minimizar a falta de pessoal de apoio, em virtude de não ter havido concurso para esta categoria, a SAIN contou com 11 (onze) empregados terceirizados, na qualidade de

auxiliares, contratados por meio de licitação pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – COGRL da SPOA.

Em 11 de novembro de 2009, foi encaminhada à Secretaria Executiva proposta de alteração de estrutura para adequação das atribuições atualmente desenvolvidas pela Secretaria.

(a) Transformação:

- 2 (dois) DAS 102.4 (Assessor) em 2 (dois) DAS 101.4 (Coordenador-Geral), com as seguintes denominações: Coordenação-Geral de Diálogo de Política Econômica Internacional e Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação;
- Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos para Coordenação-Geral de Políticas para Instituições Financeiras Internacionais.

(b) Realocação

- 1 (um) DAS 101.1 (Chefe de Núcleo) do Núcleo de Trabalho do Rio de Janeiro (RJ) lotado na Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos para o Gabinete;
- 1 (um) DAS 101.3 (Coordenador) lotado na Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros para a Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação;
- 1 (um) DAS 101.3 lotado na Coordenação-Geral de Assuntos Financeiros para a Coordenação-Geral de Diálogo de Política Econômica Internacional;
- 1 (um) DAS 102.2 de Assistente lotado no Gabinete para a Coordenação-Geral de Diálogo de Política Econômica Internacional;
- 2 (dois) DAS 102.2 de Assistente lotados na Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos para a Coordenação-Geral de Seguro de Crédito à Exportação.

### **Ações de Valorização do Servidor**

A constante atualização da equipe técnica da SAIN e o aprimoramento do nível de qualificação de seus servidores são fatores importantes para o melhor cumprimento das diretrizes traçadas pelo Gestor, a fim de atender as competências regimentais da Secretaria. Em 2009, foram disponibilizados os seguintes treinamentos, cursos e seminários:

- Curso “Cobit 4.1. Foundations, promovido pela Mindworks Tecnologia (1);
- Seminário sobre Políticas para Altos Funcionários da Administração Pública, promovido pelo Instituto Rio Branco (1);
- Curso de Financiamento e Investimento em uma Economia de Baixo Carbono, promovido pela Universidade de Edimburgo (1);
- Curso de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, promovido ENAP – Escola Nacional de Administração Pública Federal (1);
- Curso de Mercado de Capitais, promovido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (1);
- XXIX Curso SIAFI (gerencial) Sistema Integrado de Administração Financeira, promovido pela ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público (1);

- VI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, promovido pela ESAF – Escola de Administração Fazendária (1);
- Curso de Elaboração de Pareceres e Relatórios Técnicos no Setor Público, promovido pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional. (2);
- Curso “Theory and Operation of a Modern National Economy” , promovido pelo Instituto Minerva (1).

#### **4 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CREDITOS OU RECURSOS**

Não houve ocorrências no período.

#### **5 INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

##### **Pagamentos de Restos a Pagar – Exercício de 2009**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2008</b>				
<b>2007</b>	<b>3.632,49</b>	<b>3.632,49</b>		
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2008</b>	nihil	nihil	nihil	nihil
<b>2007</b>				

**Observações:** A inscrição e a execução dos valores em Restos a Pagar processados e não processados do exercício de 2008 ficaram a cargo das unidades gestoras 170016 - Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e 170114 - Gerência Regional de Administração – GRA/RJ, tendo em vista que os recursos foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil – **COGEF**.

#### **6 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO**

Não houve ocorrências no período.

#### **7 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

#### **8 FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

Não houve ocorrências no período.

#### **9 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS**

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

#### **10 OPERAÇÕES DE FUNDOS**

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **11 RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO/DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU**

Não houve ocorrências no período.

## **12 ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO**

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

## **13 REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV**

Não se aplica.

## **14 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO**

A Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN deu continuidade ao esforço de se reorganizar internamente a fim de melhor responder às crescentes demandas institucionais.

A criação do Grupo de Trabalho foi um marco no firme propósito do Gestor em implantar um projeto de Planejamento Estratégico que atenda às reais necessidades da Secretaria e que resulte na garantia de crescimento e de fortalecimento da Unidade, trazendo os seguintes benefícios:

- Estabelecimento de horizonte de longo prazo para a Secretaria;
- Definição e delineamento de metas finalísticas claras e mensuráveis;
- Definição de indicadores de desempenho adequados às atividades da Secretaria;
- Aprimoramento da informação prestada no PPA acerca das ações a cargo da SAIN;
- Envolvimento e dinamização do corpo funcional nas atividades executadas, tendo como alvo da atuação individual os objetivos comuns da Secretaria, que serão disseminados ao longo do processo de planejamento estratégico;
- Maior integração de toda a equipe, com melhoria da comunicação entre as diversas áreas e consequente sinergia de atuação;
- Desenvolvimento de comportamento pró-ativo e de reação mais rápida às mudanças ou alterações súbitas, em vista da prática de previsão que será desenvolvida ao longo do processo de elaboração do Plano Estratégico da Secretaria; e
- Economia de tempo, recursos financeiros e esforços com o intuito de promover uma atuação mais eficaz e destacada da SAIN no cenário nacional e internacional.

A proposta metodológica apresentada em julho pelo Grupo de Trabalho tem guiado as negociações do Gabinete com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração para a formação de parceira para a implantação do Plano de Planejamento Estratégico na SAIN.

## **15 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

Em anexo, declaração do contador responsável pela UJ na forma prevista pela DN TCU nº.100/2009.

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>DECLARAÇÃO PLENA</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
Secretaria de Assuntos Internacionais		170191	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília - DF	<b>Data</b>	04 de fevereiro de 2010
<b>Contador Responsável</b>	Paulo Roberto Campos Moreira	<b>CRC nº</b>	011634/o-9 CRC - DF